

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

ANGELA BARBOSA DE SOUZA

**A VISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CIGANOS - CALONS  
RESIDENTES EM PRAIA GRANDE, FUNDÃO-ES**

VITÓRIA

2015



ANGELA BARBOSA DE SOUZA

**A VISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CIGANOS - CALONS  
RESIDENTES EM PRAIA GRANDE, FUNDÃO-ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Célia Maria Vilela Tavares

VITÓRIA

2015

ANGELA BARBOSA DE SOUZA

**A VISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CIGANOS - CALONS  
RESIDENTES EM PRAIA GRANDE, FUNDÃO-ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,  
como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por:

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Célia Maria Vilela Tavares -Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Virgínia Pertence Couto, Salesiano.

\_\_\_\_\_  
Ana Rita Esgário, Instituição

Dedico a todos que aqueles que vislumbram um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte da minha vida ao longo deste período em que me dediquei aos estudos. Meus sinceros agradecimentos a estes grandes e leais amigos, anjos e guardiões que o Criador, escolheu a dedo colocando-os em meu caminho, para sermos companheiros de viagem rumo a grande aventura chamada Vida. Sou grata a vocês: Patrícia Falcão grande amiga/irmã, Edison Clemente da Silva, o pai e conselheiro, Jailson Argentino De Boni, meu irmão e protetor, Teófilo Roberto de Souza, o carinho e alegria incondicional. Vocês testemunharam todo este processo de metamorfose ao qual passei e dividiram comigo seu tempo, seu amor, suas famílias, as muitas alegrias e desventuras ao qual passa todo ser humano. Amo vocês porque, sei que me amaram primeiro.

*Agradeço a todos os meus professores e mestres, pelo exemplo, dedicação e carinho. Sou grata às amadas Célia Maria Vilela Tavares, minha paciente orientadora, Ana Rita Esgário e Virgínia Pertence Couto, três mulheres valorosas, que tão gentilmente aceitaram compor minha banca. A honra é minha tê-las a meu lado neste momento especial e único em minha vida.*

Agradeço a meus colegas de classe, cada um de nós, há seu tempo superou as adversidades acadêmicas, físicas, emocionais e familiares, contudo o mais importante: não desistimos juntos nós lutamos e vencemos. Obrigada Giuliana Christina Silva Vieira, minha linda amiga e colega de classe.

Neste espaço agradeço a todos os *Ciganos Calons*, colaboradores deste Trabalho de Conclusão de Curso, de igual forma, sou grata aos amigos que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste TCC. Lembro aqui com carinhos, os amigos virtuais que tanto torceram pelo meu sucesso.

“Se você é neutro em situação de opressão, você escolhe o lado do opressor”

Desmond Tutu

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema os ciganos residentes no Distrito de Praia Grande, onde enfatizamos sua visão sobre as políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde. Sobre uma perspectiva sócio-histórica, envolvendo o Estado e bem como o perfil das famílias entrevistadas. O objetivo geral deste estudo é descrever a percepção que os ciganos residentes no Distrito de Praia Grande no município de Fundão- ES têm em relação aos serviços públicos demandados por eles nas áreas de saúde, educação e assistência social. E como objetivos específicos identificar os principais programas existentes na políticas públicas ofertados pelo poder público local, bem como identificar as principais vias de acesso dos ciganos nas políticas de educação, saúde e assistência social e consequentemente levantar as dificuldades de acesso e de atendimento nas políticas públicas. Quanto ao referencial teórico apresenta-se uma abordagem histórica da o odisseia cigana desde sua origem até a atualidade, para tanto realizamos um breve histórico sobre as principais políticas e normativas específicas ao povo cigano. Metodologicamente optamos por uma abordagem qualitativa com base no modelo de pesquisa descritiva, onde os dados foram obtidos por meio entrevista semiestruturada, realizada com 25 ciganos Calóns. Como se observa através deste estudo, pode-se identificar as principais características dos entrevistados e apuramos as principais vias de acesso aos serviços públicos de igual forma as dificuldades enfrentadas pelos ciganos

**Palavras-chave:** Ciganos. Políticas Públicas. Percepção. Acesso. Dificuldade.

## **ABSTRACT**

This Work Course Conclusion (TCC) has as its theme the resident Roma in Praia Grande District, which emphasized his vision of public policies of social welfare, education and health. About a socio-historical perspective, involving the State, and the profile of the families interviewed. The aim of this study is to describe the perception that Calons gypsies residing in Praia Grande District in the city of Fundão - ES have on public services demanded by them in health, education and social assistance. And as specific objective to identify the main existing programs in political publishes offered by the local public power, as well as identifying the main access roads of Roma in education policies, health and social care and consequently raise the difficulties of access and care in public policies . As for the theoretical framework presents a historical approach to the Roma odyssey from its inception to the present, therefore conducted a brief history of the main policies and regulations specific to the Roma people. Methodologically we opted for a qualitative approach based on the descriptive model, where the data were collected through semi-structured interviews conducted with 25 Gypsies Calóns. As noted by this study, you can identify the main characteristics of respondents and as a result was found the main routes of access to public services equally the difficulties faced by Gypsies.

Keywords: Gypsies. Public policy. Perception. Access. Difficulty.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -1º Seminário Cigano da Serra.....	44
Figura 02 -Localização territorial do município de Fundão .....	67

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> -Localização de acampamentos no estado do Espírito Santo.....	66
<b>QUADRO 02</b> -Termologia .....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -Índice de acampamentos ciganos por estados.....	66
Gráfico 02 -Relação de gênero .....	68
Gráfico 03 -Proporção entre ciganos e não ciganos entrevistados .....	69
Gráfico 04 -Faixa etária dos entrevistados.....	72
Gráfico 05 -Tipo de moradia dos entrevistados.....	73
Gráfico 06 -Documentação Civil dos Entrevistados .....	74
Gráfico 07 -Escolaridade dos entrevistados.....	75
Gráfico 08 -Crianças de 0 a 14 anos moradoras nos acampamentos.....	76
Gráfico 09 -Crianças em idade escolar matriculadas na escola.....	76
Gráfico 10 -Usuários dos serviços públicos de saúde no município.....	78
Gráfico 11 -Assistência Social.....	81

## LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico- Cadastro Único

CEP- Comitê de Ética e Pesquisa

CF - Constituição Federal

CFESS- Conselho Federal do Serviço Social

CIPS - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

CNPCT- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

CPF- Cadastro de Pessoa Física

CRESS- Conselho Regional do Serviço Social

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MinC - Ministério da Cultura

MJ- Ministério da Justiça

MMA- Ministério do Meio Ambiente

ONGs - Organizações Não- Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF- Programa Bolsa Família

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PBF- Programa Bolsa Família

RG – Registro Geral

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SECOMT- Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

SEPPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>27</b>
2.1 CIGANOS: PRIMEIROS REGISTROS HISTÓRICOS .....	27
2.1.1 A diversidade entre os ciganos.....	28
2.1.2 Ciganos: a difamação histórica.....	29
2.1.3 Breve abordagem sobre as políticas anticiganas em Portugal.....	30
2.1.4 A chegada dos primeiros ciganos no Brasil.....	34
2.1.5 Início da criação de legislações específicas direcionadas aos ciganos.....	38
2.1.6 Ações realizadas na Serra e no Espírito Santo.....	42
2.2 CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL.....	45
2.3 O QUE FAZ O ASSISTENTE SOCIAL.....	52
2.4 RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E OS CIGANOS.....	54
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>59</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	59
3.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	60
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	60
3.4 COLETA DE DADOS.....	61
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS.....	62
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>65</b>
4.1 A POPULAÇÃO CIGANA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO.....	65
4.2 O PERFIL DA POPULAÇÃO CIGANA DE PRAIA GRANDE.....	67
4.3 CIGANOS E EDUCAÇÃO.....	75
4.4 CIGANOS E SAÚDE.....	78
4.5 CIGANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO A - Roteiro para o Questionário.....	93
ANEXO B – Fotos dos Tipos de moradias dos ciganos.....	95

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho registra alguns traços da **odisseia cigana**. Nesse sentido, analisamos o perfil dos Ciganos Calons, residentes no Distrito de Praia Grande, no município de Fundão- ES. Para o propósito desse estudo abordamos brevemente a origem dos povos ciganos, os primeiros registros históricos da chegada ao Brasil, e, principalmente, a oferta das políticas públicas no campo da educação, saúde e assistência destinadas a esse povo.

Sou moradora de Praia Grande e o interesse pela temática foi motivado pela minha convivência com os habitantes de dois acampamentos ciganos. *Vila Cigana ou Acampamento* é a localidade onde estão fixadas as barracas de lona que tradicionalmente são a moradia das famílias ciganas, embora, tenhamos observado a existência de casas de alvenaria nos acampamentos, bem como, residências híbridas chamadas de barracão (misto de casa e barraca).

Ao longo do tempo essa convivência trouxe à tona muitos relatos de descaso, violação de direitos, desrespeito e preconceito sofrido por esses cidadãos ao acessarem os serviços públicos. A proximidade com esse grupo social também desvelou outro preconceito sofrido pelos povos de cultura cigana e que apresenta quanto à questão de gênero.

Socialmente as mulheres ciganas sofrem mais preconceitos e perseguições se comparadas aos homens, já que, culturalmente, a mulher cigana preserva o costume de usar longos e coloridos vestidos, muitos laços, grande bijuterias ou mesmo joias em ouro, tais vestimentas e ornamentos não apenas as diferem das mulheres não ciganas, mas, também chamam a atenção para uma estética cultural específica. Já o vestuário masculino é mais usual, "conhecido e aceito" socialmente, é o estilo "cowboy" ou "peão de rodeio", tal roupa faz com que muitos homens passem despercebidos, ao contrário das mulheres.

Outra face da violação de direitos ocorre durante o acesso serviços públicos, diversas são as reivindicações/reclamações a exemplo a precariedade no

saneamento básico, no fornecimento de eletricidade, bem como nos serviços água e esgoto, muitas requerem melhor informação a respeito dos Programas Sociais existentes, tais como ingresso no Programa Bolsa Família e Cesta Básica.

Nesse contexto, este estudo tem por Objetivo Principal descrever a percepção que os ciganos Calons, têm em relação aos serviços públicos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. No objetivo específico buscou-se identificar os principais programas existentes nas políticas públicas ofertadas pelo poder público local e a forma de utilização destes serviços por parte dos ciganos; e, ainda buscamos identificar as principais vias de acesso e possibilidades de atendimento dos ciganos nas políticas de educação, saúde e assistência social.

Como percurso investigativo iniciamos por relatar a trajetória histórica dos ciganos. Relatamos a Origem dos Povos Ciganos, as Adversidade entre este Povo, passamos pelo Processo de Difamação Histórica, As Políticas Anticiganas existentes na Europa, a Chegada dos Primeiros Ciganos no Brasil, as Principais Legislações Especificas aos Ciganos.

Na Metodologia tomamos por base o modelo de Pesquisa Descritiva e optamos por uma abordagem qualitativa, pois, consideramos que esse tipo de investigação é compatível com os objetivos inicialmente propostos.

Utilizamos a entrevista semiestruturada como principal instrumento de coleta de dados. A principal forma de registro dos dados deste estudo foi obtida por meio de gravação em áudio, entretanto, também utilizamos um pequeno questionário escrito que foi preenchido pela entrevistadora com a finalidade de otimizar as entrevistas, e, posteriormente, a análise dos dados.

A primeira fase da análise dos dados deu-se pela seleção do material coletado. Esses conteúdos foram organizados e/ou categorias de modo que pudessem ser catalogados, analisados e representados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CIGANOS: PRIMEIROS REGISTROS HISTÓRICOS

Para melhor compreensão do estudo em foco, pontuaremos alguns fatos da **historia cigana** no mundo e no Brasil. Moonen (2012) relata a existência de restritos registros históricos escritos daqueles denominados “ciganos”, tais apontamentos não ultrapassam um milênio. Há uma narrativa datada do ano de 1050, onde um monge grego registrou os feitos de um imperador da antiga Constantinopla (atual Istambul, capital da Turquia), quando este contratou os préstimos de adivinhos e feiticeiros conhecidos por *Adsincani*, para que este exterminasse animais ferozes, que aterrorizavam a região. Já no século seguinte, há novo registro no qual um monge registra a presença de um grupo de pessoas com o ofício de domar animais selvagens que possuíam cobras e ursos, entre os chamados *Athinganoi* haviam indivíduos que liam a sorte e faziam a previsão do futuro.

Um segundo documento narra que, por volta do Século XIII, o patriarca de Constantinopla aconselha o clero a se precaverem contra certos adivinhos, domadores de ursos e encantadores de cobras, e solicita aos moradores a não permitirem a entrada destes *Adingánous* nas suas residências, “porque eles ensinam coisas diabólicas” (FRASER, 1992 apud MOONEN, 2012). Especula-se, portanto, que os chamados “ciganos” já estariam na nos arredores da Turquia desde a segunda metade do Século XI.

Segundo os relatos de Moonen (2012) os grupos de ciganos migraram em maior escala para Europa Ocidental em torno início do Século XV, estes nômades afirmavam que eram originários do “Pequeno Egito”. Sabendo-se que tal localização compreendia uma região da Grécia; no entanto, europeus da época compreenderam se tratar do Egito, na África. Devido a esta suposta origem egípcia sobrevieram a ser apelidados de “egípcios” ou “egitanos”, mas também por *gypsy* (inglês), *egyptier* (holandês), *gitano* (espanhol), *gitan* (francês), dentre outros. Entretanto alguns grupos se diziam *atsinganos*, fato que os tornaram conhecidos pela alcunha de *grecianos* (espanhol antigo), *ciganos* (português), *tsiganes* (francês) e *zingaros* (italiano). Existe, portanto, grande diversidade entre os povos ciganos.

### 2.1.1 A diversidade entre os ciganos

Moonen (2012) destaca que o termo “cigano” foi idealizado na Europa por volta do Século XV, empregado de forma “genérica” haja vista a inexistência de um termo mais apropriado. Estes mesmos ciganos, costumam se autodenominarem de forma bem distintas. Atualmente, os próprios ciganos e os estudiosos conhecidos por ciganólogos habitam distinguir os povos de cultura cigana e três grupos distintos: **Rom, Sinti e Calon** ou Kalé.

Primeiro conheceremos os **Rom**, conhecidos como Roma; este povo está dividido em múltiplos sub-grupos aos quais integram o povo Lovara, o povo Kalderash, os Matchuaia, e de igual forma os Curara, todos com características próprias. Aqueles que falam língua própria, o *romani*; são predominantes nos países balcânicos<sup>1</sup>. Os Rom também migraram para outros países europeus de igual forma para as Américas a partir do Século XIX.

No segundo grupo cigano temos os **Sinti** – detentores da língua *sintó*. Este povo está fixado na Itália, França e na Alemanha, onde são denominados por Manouch.

O terceiro grupo são os **Calon** ou **Kalé**- se comunicam na língua *caló*, originalmente denominados como “ciganos ibéricos”. Grupo comum em Portugal e Espanha razão pela qual são chamados de Gitanos. Com o passar de tempo os Calon expandiram-se por outros países Europeus, vale lembrar que muitos migraram ou foram deportados para a América do Sul.

Moonen (2012) descreve um fato curioso, onde muitos dos nomes dos grupos e dezenas de sub-grupos ciganos derivam de suas tradicionais profissões, por exemplo: a) os Kalderash advém de caldeireiros; b) os Ursari derivam de domadores de ursos. Não raro a origem geográfica também servia de base para nomear o grupo, assim, por exemplo, surgem os Moldovaia e os Piemontesi. Tais grupos diferem- se em denominações, dialetos e línguas e costumes.

Muito embora seja comum atribuir a todos os ciganos o uso apenas da língua *romanie* sua origem seja conferida a Índia, verificam-se a incorporação de várias palavras e expressões das localidades por onde eles passaram, segundo Moonen (2013), o *romani* teve influencia das línguas turca, grega, persa e romena.

Essa diversidade de influências e os dialetos ciganos impossibilita uma língua universal cigana, conforme apresentado por MOONEN (2013):

Na realidade, já então os ciganos falavam várias línguas ou dialetos que, apesar de aparentemente terem uma origem em comum, hoje apresentam profundas variações regionais que tornam uma comunicação cigana internacional na prática impossível. Algo semelhante à atual comunicação entre franceses, italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros, que todos falam línguas derivadas do Latim: muitas palavras podem ser entendidas por todos, principalmente quando escritas, mas a comunicação verbal na maioria das vezes é difícil, quando não impossível. Segundo Fraser (1992) não existe um *romani* padronizado, único, mas somente, na Europa os ciganos fariam cerca de 60 ou mais dialetos diferentes. (MOONEN, 2013, p-12).

### 2.1.2 Ciganos: a difamação histórica

Relata Moonen (2012) o fato histórico que tão-somente após o início do Século 15, os ciganos surgiram na Europa Ocidental. Muitos registros da época relatam detalhadamente em quais aspectos as condutas dos ciganos não coincidiam com costumes europeus do período. Para tanto já no Século 15, principiaram os primeiros estereótipos, atribuídos aos ciganos: A) nômades, sem paradeiro certo; B) parasitas mendigos e aproveitadores da boa fé do povo; C) ciganos são contra ao trabalho; D) usam de astúcia, desonestidade além de ladrões; E) pagãos sem religião e descrentes em Deus. “Por causa disto, em todos os países europeus, sem exceção alguma, os ciganos passaram a ser violentamente perseguidos, e em alguns países foram até exterminados. Cigano virou palavrão; *ser cigano virou crime*”. (MOONEN, 2012 p- 101).

Segundo ROMAN, (1989 apud MOONEN, 2013) são duas as supostas causas contra os ciganos: concorrência política e econômica. Lembrando que os primeiros grupos ciganos que surgiram na Europa eram conduzidos por supostos nobres, condes e duques, quando muito agiam como tal. Acontece que estes “nobres” ciganos não tinham terras próprias e, embora afirmassem estarem apenas de passagem, “em peregrinação”, aparentemente eles vieram para ficar, ameaçando ocupar para sempre parte das terras de outro nobre não-cigano qualquer.

Antigos documentos confirmam que os ciganos dificilmente retiravam-se de um lugar por vontade própria, mas em decorrência de pressão externa que os obrigava a

debandarem a outras terras. Para tanto permaneciam numa localidade enquanto era provido passadio. Não obstante a isto os ciganos se constituem uma ameaça política a hegemonia local, haja vista que a classe dominante desejava ver-se livre dos ciganos o quanto antes. ``Na Alemanha e na Holanda as autoridades municipais pagavam para que os ciganos não entrassem na cidade, ou para que nunca mais voltassem. ``(MOONEN, 2013 p.102).

Ao falar sobre preconceitos atribuídos aos ciganos, Moonen (2012) afirma que tal ódio e intolerância persistem desde o Século 15. Em decorrência desses fatos permanece uma pergunta em aberto cuja resposta (ainda) não temos: qual motivo leva este anticiganismo, persistir até os dias hoje?

Deste modo, Moonen (2012) descreve que os povos ciganos no Brasil têm passado por processos de profunda exclusão social ao longo dos tempos, atualmente isso é evidenciado nas frágeis condições habitacionais e instalações sanitárias altamente insalubres, o que torna os acampamentos um ambiente inadequado à permanência por longos períodos.

Lembramos, ainda, que entre os ciganos incidem os baixíssimos índices de alfabetização, outro fato está à marginalização quanto a inserção formal no mercado de trabalho, além da evidente segregação social e cultural, a discriminação social e de igual forma observamos os estereótipos negativos, amplamente difundidos a esta etnia.

Um bom exemplo de informação negativa a respeito dos ciganos, de acordo com o Dicionário Larousse de língua portuguesa (NUNO, FERNANDO, 2008, p. 160), Cigano s. m, 1- Indivíduo dos ciganos, povo nômade de origem incerta, que pratica quiromancia, cartomancia etc. e comercio; zíngaro. 2- Indivíduo de vida errante. 3- Indivíduo velhaco e astuto. \* adjetivos: 1- Velhaco trapaceiro. 2- Boêmio errante.

### **2.1.3 Breve abordagem sobre as políticas anticiganas em Portugal**

Segundo Moonen (2013) a palavra ‘Anticiganismo’ no Brasil é recente. Temos expressões similares em diferentes línguas, a exemplo do francês ‘antitsiganisme’,

na língua inglesa ‘antigypsyism’ e de igual forma em alemão ‘Antiziganismus’, esses dizeres pejorativos são utilizados há tempos na Europa.

À grande semelhança com o termo anti-semitismo, “anticiganismo” poderia ser definido como “doutrinas ou atitudes hostis aos ciganos e que contra eles propõem medidas discriminatórias”. Ou então: “atitudes, atos ou políticas contrárias aos interesses e direitos ciganos” (MOONEN, 2013 p- 5).

Diante desta afirmação Moonen, (2013) relata que não-ciganos adotaram inúmeras políticas anticiganas, ressaltando que algumas destas praticas perduram aos dias atuais, como, por exemplo,

a) *escravidão*, como aconteceu desde o Século 14 na Valáquia e Moldávia (atual Romênia), onde foi abolida somente na segunda metade do Século 19; também nos países ibéricos, em algumas épocas, ciganos podiam ser escravizados.

b) *prisão*, com severos castigos físicos e trabalhos forçados, principalmente para os homens, destacando-se nos países ibéricos a condenação às galés. **Ainda hoje os ciganos costumam ser presos por qualquer pequeno delito, ou apenas por serem suspeitos, ou até pelo simples fato de serem ciganos.**

c) *deportação* para outras cidades, países ou continentes, inclusive de Portugal para o Brasil, já a partir do Século 16. Também esta política anticigana continua existindo em praticamente todo mundo, inclusive na Europa. A história cigana conta inúmeros casos de expulsões e deportações, de indivíduos ou de grupos inteiros. **Exemplos mais recentes são a deportação - agora eufemisticamente denominada “repatriação” - de ciganos em vários países da União Européia.** A expulsão e deportação foram táticas utilizadas pelos governantes para manter os ciganos sempre em movimento, evitando assim sua permanência em determinado local:

d) *isolamento*: muitas vezes a sociedade não-cigana cria mecanismos para isolar a minoria cigana em áreas especialmente para ela reservadas, confinando-a longe do convívio dos membros do grupo majoritário, em bairros ou ruas especiais para ciganos, como as ‘Gitannerias’ na Espanha. Em muitos países os ciganos são obrigados a morarem em sítios ou acampamentos fixos, quase sempre localizados na periferia de centros urbanos. **Outras vezes a sociedade não-cigana cria mecanismos para isolar-se, não permitindo a entrada de ciganos em seu território, através de severas restrições imigratórias e forte vigilância de suas fronteiras nacionais.**

e) *pluralismo*: uma política mais recente em vários países europeus, quando a maioria não-cigana aceita, pelo menos em teoria, as diferenças da minoria cigana quanto à aparência física, origem, religião, língua e costumes. **Na prática sempre surgem problemas, porque os valores culturais de ambos os grupos costumam ser conflitantes.**

f) *assimilação compulsória* ou *etnocídio*: os não-ciganos exigem a incorporação dos ciganos na sociedade majoritária como parte indistinguível dela, exigem a absorção da minoria pela sociedade

dominante, com a eliminação das diferenças culturais, se necessário à força, proibindo-se a minoria de viver de acordo com sua própria cultura e seus próprios valores culturais.

e) *extermínio físico* ou *genocídio*, hoje também denominado '*limpeza étnica*', como aconteceu com os ciganos na Holanda em meados do Século 18, e mais recentemente na Alemanha nazista, durante a II Guerra Mundial, **embora só o holocausto judeu costume ser lembrado pelos meios de comunicação, pelo que poucas pessoas sabem que também foram exterminados cerca de 250 a 500 mil ciganos** (MOONEN, 2013 p. 6). (grifo do autor)

Para tanto, segundo Moonen (2013) os primeiros relatos históricos a respeito de ciganos surgem na segunda metade do Século 15 e onde também começam as perseguições ao povo cigano. Em Portugal no ano 1526 e foi decretada a proibição de entrada de ciganos no país bem como a expulsão daqueles já instalados em terra portuguesa. Em novo decreto datado de 1538 houve nova proibição de entrada de ciganos no reino cuja pena aos infratores seria o açoite público e expulsão. Em caso de retorno ao reino seria novamente açoitado e “perderá tudo que tiver e lhe for achado: a metade para quem o acusar, e a outra metade para a Misericórdia (uma instituição de “caridade” da Igreja Católica) do lugar onde for preso”. Em 1557 é novamente proibida a entrada de ciganos em Portugal e às penas já existentes acrescenta-se a pena às galés para os homens ciganos. (COELHO, 1995; COSTA, 1999 apud MOONEN, 2013 p- 39).

Conforme Moonen (2013) foram encontrados em todos os documentos oficiais da época, ordens explícitas de expulsão dos ciganos do país. Mais havia um entrave para os ciganos, que era grande problema, como sair do país sendo que Portugal só faz divisa terrestre com a Espanha, onde também são perseguidos. Neste interim surgem dois problemas os ciganos portugueses não podem fugir e o governo não tem para onde banir este povo dentro da Europa. Reconhecendo o fracasso das leis e intervenções anteriores, no ano 1649, o Rei despede um novo alvará, ao qual decreta a imediata prisão e degredo dos ciganos para novas as colônias ultramarinas. Verificamos neste decreto real de 1649:

Eu El Rey... por se ter entendido o grande prejuizo e inquietação que se padece no Reino com huma gente vagamunda que cõ o nome de siganos andam em quadrilhas vivendo de roubos enganos e imbustescontra o serviço de Deus e meu. Demais das ordenações do Reino, por muitas leis e provisões se precurou extinguir este nome e modo de gente vadia de siganos com prizoens e penas de asoutes, degredos e galés, sem acabar de conseguir; e ultimamente querendo Eu desterrar de todo o modo de vida e memoria desta gente vadia, sem asiento, nem foro nem Parochia, sem vivenda propria, nem officio

mais que os latrocinios de que vivem, mandey que em todo Reino fossem prezos e trazidos a esta cidade [Lisboa], onde serão embarcados e levados para servirem nas conquistas divididos...(COELHO,1995 apud MOONEN,2013 p.40).

Primeiramente a África foi designada como o principal destino dos ciganos banidos de Portugal, em geral foram deslocados para as colônias de Angola e Cabo Verde esta escolha ocorre devida a proximidade geográfica com o continente. No ano de 1686, um decreto inclui o Brasil como novo destino para os ciganos indesejáveis, o Maranhão. Em 1708 o Rei Dom Pedro decreta que os ciganos que não acatassem as ordens reais receberiam por açoites por punição além de condenação a 10 anos de degredo.

“Hei por bem, e mando que não haja neste Reino pessoa alguma de um, ou de outro sexo, que use de traje, língua, ou giringonça [dialecto] de ciganos, nem de impostura das suas chamadas buenasdichas; e outrosim, que os chamados Ciganos, ou pessoas que como tais se tratarem, não morem juntos mais, que até duas casas em cada rua, nem andarão juntos pelas estradas, nem pousarão juntos, por elas, ou pelos campos, nem tratarão em vendas, e compras, ou troca de bestas, senão que no traje, língua e modo de viver usem do costume da outra gente das Terras; e o que contrário fizer, por este mesmo fato, ainda que outro delito não tenha, incorrerá na pena de açoites, e será degradado por tempo de dez anos; o qual degredo para os homens será de galés, e para as mulheres, para o Brasil” (COELHO,1995 apud MOONEN,2013 p.41).

O que mostra este documento de 1708, que apenas as ciganas (acompanhadas de seus filhos pequenos, uma vez que seus maridos e filhos maiores foram destinados às galés). Apartadas de seus maridos as mulheres ciganas foram deportadas para o Brasil, com o propósito de se tornarem esposas dos colonizadores, uma vez que mulheres brancas escassas. Esta era a opção aos colonos que conforme de sua posição social, não poderia casar-se com uma nativa (índia) nem tão pouco com uma negra africana escrava, além de mal visto este tipo de enlace, era proibido pela corte. Esta forma de degredo como punição dadas aos ciganos se configura como tráfico humano pra fins sexuais.

Para Moonen (2013) era comum na Espanha condenar a morte ciganos transgressores, pratica esta também adotada em outros países da Europa. Portugal por sua vez evitou ao máximo esta forma condenação, era mais rentável o degredo dos ciganos para as colônias ultramarinas.

#### 2.1.4 A chegada dos primeiros ciganos ao Brasil

Segundo nos relata Moonen (2013), historicamente os primeiros ciganos que desembarcaram no Brasil foram aqueles deportados de Portugal, a exemplo do ocorrido com o cigano João de Torres, embora inicialmente fosse condenado às galés no ano de 1574, cuja pena foi alterada a seu pedido, onde viria para Brasil trazendo mulher e os filhos sendo que viveriam por cinco anos (não há relato quanto ao número exato de filhos deste casal de ciganos, mas cogitasse dois ou três). Este fato tornou oficialmente João de Torres o primeiro cigano a entrar no Brasil. No entanto nunca foi provado se João de Torres realmente embarcou para o Brasil ou se chegou vivo, ele e sua família. O degredo em massa de ciganos portugueses para o Brasil, ao que indica, só começa a partir de 1686. A princípio os ciganos eram deportados para as colônias africanas, principalmente para Angola e Cabo Verde (MOONEN, 2008 p.14).

Ao falar sobre um episódio ocorrido em 1726, Moonen (2013), reitera que no Estado de São Paulo, onde é evidenciado o preconceito das autoridades e demonstrado o tratamento dispensado aos povos de cultura cigana em terras brasileira. Assim sendo:

Em 1726 há notícia de ciganos em São Paulo, quando foram solicitadas medidas contra ciganos que apareceram na cidade e que eram “prejudiciais a este povo porque andavam com jogos e outras mais perturbações”, pelo que tiveram que abandonar a cidade dentro de 24 horas, sob pena de serem presos. E em 1760 os vereadores de São Paulo deram um prazo de 24 horas para um bando de ciganos que tinham sido expulsos de Minas Gerais saírem da cidade (CHINA, 1936 apud MOONEN, 2013 p. 89).

Conforme observa Moonen (2013) era comum a prática de manter os ciganos em permanente movimentação, Minas Gerais os expulsava para São Paulo, que por sua vez os expelia para o Rio de Janeiro, que do mesmo modo os encaminhava para o Espírito Santo, que os expulsava para a Bahia, de onde são expulsos para Minas Gerais, etc. Baseada nesta rejeição aos ciganos, cresce a ideologia que o lugar mais benéfico a estada deste povo é sempre a cidade, o estado senão muito o país vizinho; na realidade o desejável é a localidade mais distante possível.

Uma prática comum e rotineira vivenciada pelos ciganos, era o fato onde um

cidadão (independentemente de quem fosse), tinha o **poder** de dar-lhe voz de prisão e se apoderar de seus pertences, de modo geral na pilhagem constavam cavalos, joias em ouro, escravos e até roupas.

Nesta realidade descrita por Moonen (2012. p- 80) no que tange as ações de populares pelo simples ódio ou preconceitos contra os ciganos no período em questão. Diferente disso, no ano de 1737, foi a ação do então governador de Minas Gerais, ao qual adverte a população local: “Pelo que toca a ciganos as queixas que há são só por serem ciganos, sem que se aponte culpa individual..... tenho recomendado que prendam e me remetam os que fizerem furtos”. E reitera:

ou seja, não qualquer cigano apenas pelo fato de ser cigano. E como tudo que é ruim só podia ser de origem cigana, houve quem suspeitasse que a epidemia de varíola que naquele ano grassava em Minas Gerais tinha sido trazido pelos ciganos (FILHO, 1948 apud MOONEN, 2012 p- 80).

Bom exemplo de expulsão compulsória de grupos ciganos relatado por Moonen (2013) tal fato ocorre em São Paulo no ano 1760, quando vereadores decretam a expulsão destes “que por ser notório que nesta cidade se acha um bando de ciganos composto de homens, mulheres e filhos sendo público terem sido expulsos de Minas Gerais por serem perniciosos naquelas povoações e assim se vieram acolher a esta cidade aonde já vão havendo algumas queixas...”.(CHINA, 1936 apud MOONEN, 2013 p.89).Infelizmente a estes era informado que haveriam de se retirar da cidade dentre de 24 horas. Evidenciando a velha pratica de mantê-los sempre em movimento.

No que se refere a um convívio pacífico entre ciganos e não-ciganos no Brasil, Teixeira (2008) relata um período de aceitação social dos ciganos, ocorrido por volta de 1798, este fato se dá ao comércio de escravagista cuja atividade era reconhecidamente benéfica à população. Neste período alguns ilustres ciganos chegaram a patrocinar festins na Corte. Neste período *sui generis* da saga cigana brasileira calhou com a promoção do movimento literário romântico europeu que repercutia também no Brasil. O modismo literário da liberdade cigana:

[...] a visão de que o cigano era a encarnação dos ideais da vida livre e integrada a natureza. Além disso, houve uma idealização da mulher cigana, agora não mais uma miserável e desonesta quiromante, mas uma mulher forte, sensual e, ainda que vingadora passional e fascinante. (Teixeira, 2008. p-8)

Segundo Moonen, 2013, no ano de 1808 quando a família real portuguesa chegou

ao Brasil, veio seguida por uma comitiva com cerca de três mil portugueses. “Do interminável séquito da família real poucos prestavam para alguma coisa. Eram fidalgos e vadios. [...]. Os vadios foram empregados nas repartições que se criaram para esse fim” (Moraes Filho apud Moonen, 2013 p- 92). Levando a crer que dentre estes *funcionários públicos* “vadios” existia ciganos, haja vista que numerosos foram beneficiados com o cargo de oficial de justiça, que até então era vitalício e hereditário.

“Tivemos aqui [no Rio] um quarteirão habitado por ciganos. A rua principal era a da Constituição (que o povo denominava ‘Rua dos Ciganos’). Mais tarde, quando estudante de Direito, encontrei, nessa mesma rua, muitos ciganos em atividade. Era notável o número deles na função de ‘oficiais de justiça’, ou meirinhos e, nessa mesma rua, estavam situados os principais juizados e cartórios forenses. (...) Anos depois, alguns elementos típicos, ainda meirinhos (a profissão passava de pais a filhos), ainda resistiam esparsos pelos cartórios e juizados, sendo notável o característico racial da tez morena bronzeada e os olhos garços” (China 1936 apud Moonen 2013 p. 92).

Passados alguns anos, os ciganos ainda gozavam de certo prestígio e privilégios na corte. Um fato de grande repercussão ocorreu no advento das bodas de D. Pedro I com a princesa D. Leopoldina, realizado em 1818, onde os ciganos foram convidados, para a festa, cuja a incumbência era alegrar aos convidados, ao que consta em registros históricos o cumpriram com grande êxito:

“Os dançarinos são vitorizados: flores, fitas, aplausos, eles conquistam pela magia plangente de seus instrumentos, pela graça igual de suas danças. D. João VI, participando do agrado geral, fá-los vir à sua presença. Uma banda de música precede-os na maior ordem. Subindo ao pavilhão, dois camaristas trazem, estendidos num coxim de púrpura, os prêmios que lhes eram destinados: patentes militares aos homens e jóias às mulheres” (FILHO, 1981 apud MOONEN, 2013 p- 85).

Sobre este acontecimento, Moonen (2013) narra inegáveis habilidades e destreza dos ciganos com relação a arte da dança e da música, quanto ao evento acima citado não há informação se os artistas contratados eram amadores ou profissionais no ofício do entretenimento. Neste período histórico, era comum a elite brasileira contratar ciganos para acalorarem as festas de aniversários e festejos de um casamento. Vale ressaltar que a atividade comercial ainda era a principal fonte de renda dos ciganos brasileiros, evidenciando o comércio ambulante de objetos, escravos e de animais.

Nos primeiros anos do Século XIX, no Brasil só era possível obter notícias de

ciganos por mediação de europeus de passagem pelo país, e de forma unanime estes viajantes informam que a principal atividade comercial dos ciganos está ligada a venda de escravos, sobretudo no Rio de Janeiro. Como observamos:

O francês Gendrin, que morou no Rio de Janeiro de 1816 a 1821, se refere a ciganas “vendedoras ambulantes de escravos africanos, as quais percorriam as ruas da cidade, tendo para vender quarenta e cinquenta negros, negras e crianças de oito a quinze anos”. (Moonen, 2013 p. 91)

Discorrendo sobre este fato Teixeira (2008) relata que por volta de 1872, há uma drástica redução no número de escravos, o montante de indivíduos que antes girava em torno de 50 % da população agora oscila em apenas de 15,2% dos brasileiros. Estimasse que em setenta anos sucedeu gradativo, porem acentuado decréscimo população escrava. Em meados do Século XIX, o comércio de escravos passa a ser visto como uma ocupação ofensiva e até abominável, socialmente não era mais aceita. Em 1888, após a abolição da escravatura, aqueles ciganos comerciantes de escravos perderam sua fundamental fonte de rendimentos, muitos sucumbiram miséria igualando-se a tantos outros de seu tempo, tal fato os forçou a aventurar-se à nova circunstância sócio-econômica.

Segundo Moonen (2012), no Brasil no século XIX, eram constantes os conflitos entre ciganos e não ciganos, principalmente em Minas Gerais, onde havia as chamadas *correrias*- que se caracterizava pela a expulsão dos ciganos de seus acampamentos, é inegável que esta situação se dava por meio do confronto armado, violência tal agora patrocinada por milícias contratadas para esta empreitada ressaltando a presença de populares, obviamente estes confrontos geravam em ambos os lados muitas baixas. Deste modo Teixeira (2008) afirma:

Dos fins do período Imperial até os primeiros anos depois de instalada a República, ocorreram inúmeras diligências policiais no encalço de bandos ciganos em Minas Gerais, que resultaram em sangrentos confrontos. Os anos de maior destaque dessas fugas e perseguições relatadas na imprensa e nos relatórios policiais, foram 1892 e 1897. (Teixeira ,2008 p - 8 )

China 1995 apud Moonen, 2013 revela que no início do Século 20, das notícias encontradas nos jornais como se observa assemelham-se aquelas manchetes de páginas policiais, nas quais invariavelmente apresentam os ciganos como delinquentes, larápios, criminosos, velhacos entre tantos adjetivos pejorativos, por conseguinte as ciganas são taxadas como bruxas além de trambiqueiras que se valem da boa fé para enganarem o povo, pondo em pratica a arte da quiromancia e

no mesmo sentido roubando as pessoas. Moonen(2013 p- 95)“Mas também os intelectuais entrevistados por China não escapam dos preconceitos. Basta ler, por exemplo, a resposta de Mário Torres, quando perguntado sobre os usos e costumes dos ciganos baianos ”.

“Continuam a ser astutos, velhacos, errantes e miseráveis, procurando viver da pirataria, da troca nas feiras, enganando compradores e vendedores. São conhecidos por ladrões de cavalos. Às vezes se dedicam à confecção de objetos de cobre, que procuram vender nas feiras (caldeireiros). A princípio o bando trazia sempre um urso e macacos que dançavam ao som de pandeiros e meninos que faziam acrobacias. As mulheres liam, de preferência, a buena-dicha, do que faziam fonte de receita. O roubo entre eles sempre foi praticado como profissão. (...). As mulheres são raptadas e os filhos batizados, porque isto lhes dá margem a presentes. (...). Os ciganos são excessivamente mentirosos. As mulheres, quando viajam a cavalo, montam como os homens, enganchadas. Quando dão a luz, continuam seus trabalhos como se nada houvesse acontecido” (China 1936 apud Moonen, 2013 p- 95)

#### 2.1.5 Início da criação de legislações específicas direcionadas aos ciganos

Podemos considerar o século XX um período de grandes transformações na proteção social, esse fenômeno ocorre a partir da Segunda Grande Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos- DUDH (Nações Unidas, 1948) foi à primeira legislação atuando a nível mundial. A DUDH surge com o intuito de proteção social a todos os seres humanos sem distinções ou preconceitos, assegurando igualmente a todas as pessoas os direitos concernentes à vida, proteção quanto à saúde, alimentação, nacionalidade, educação, segurança.

A Assembleia-Geral da ONU, em 1966, amplia a rede internacional de proteção à pessoa humana ao instituir o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Esse instrumento visa expandir o direito a dignidade, a segurança alimentar, ao emprego, a habitação e liberdade de expressão, além do direito à seguridade social e ao acesso aos aparelhos de saúde, de cultura e educação.

Com base na Constituição Federal (1988), os Povos de Cultura Cigana igualmente a todos os cidadãos que vivem no Brasil têm garantido o direito a não discriminação:

Art.3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...]

“IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Sendo os ciganos, cidadãos de pleno direito perante as leis brasileiras, há entraves que dificultam seu pleno exercício de cidadania, o que obviamente perpetua uma larga posição marginal relativa ao poder.

No entanto somente no ano de 1992 é promulgado o DECRETO, No. 592, DE 6 DE JULHO(BRASIL,1992), onde é assinada a Carta de adesão da Republica Federativa do Brasil ao **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, ao qual reconhece os direitos decorrentes *da dignidade inerente à pessoa humana*. No Art. 26 deste Pacto internacional salientam:

Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da Lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação (Brasil, 1992)

Ainda, o mesmo Pacto no Art. 27 explana a respeito de uma minoria étnica, grupo social ao quais os povos ciganos são inseridos:

Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua (Brasil, 1992).

Moonen (2013) explicita as principais legislações brasileiras de proteção aos povos de cultura ciganos vigentes no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988(BRASIL,1988), até os decretos aprovados e promulgados em 1994:

Após 1988 ocorreram algumas mudanças. A Constituição Federal do Brasil de 1988 atribuiu ao Ministério Público Federal também a defesa dos direitos e interesses indígenas (CF, Art. 232), antes atribuição exclusiva da Fundação Nacional do Índio. Alguns anos depois, a Lei Complementar 75, de 20.05.1993, ampliou ainda mais a ação do MPF ao atribuí-lo também a proteção e defesa dos interesses relativos às comunidades indígenas e minorias étnicas (Art. 6, VII, “c”). Diante disto, em abril de 1994, foi criada a Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias, incluindo-se nestas também as ‘comunidades negras isoladas’ (antigos quilombos) e as minorias ciganas. Ficou conhecida como a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, também chamada a Câmara dos Índios e Minorias. (MOONEN, 2013. p-166)

Na tentativa de corrigir as desigualdades sociais a que foram submetidos os povos de cultura cigana ao longo do tempo, no dia 25 de maio de 2006(BRASIL, 2006), o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto instituindo o **Dia Nacional do Cigano** no Brasil. É estabelecido, pelo Governo Federal, do dia 24 de maio como

data comemorativa e inscrita no calendário oficial. Esta se torna é elemento de uma série de medidas dedicadas especificamente ao povo cigano a reconhecida como minoria étnica, recentemente adotada pelas Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Contudo o principal marco legal dos povos de cultura cigana é a lei 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007).. Por meio do mencionado Decreto, instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a ser implementada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Para tanto há outro marco legal de proteção aos povos de cultura cigana é Lei 12.888, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetiva igualdade em oportunidades, em defesa do acesso de direitos étnicos individuais, coletivos e amplos bem como o combate à toda discriminação e às demais formas de intolerância étnica, por conseguinte os ciganos estão incluídos neste estatuto.

Em Maio de 2013, é lançada oficialmente o Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, criado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (SEPPIR) em consonância com a Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT) ampliando assim o diálogo a cerca dos direitos da população cigana.

Em primeiro lugar a SEPPIR pelo meio da SECOMT, tem reavivado o entendimento com parceiros do Governo Federal para acolhimento de específicas e abrangentes políticas públicas com intuito de garantir aos povos ciganos, direitos humanos, de igual forma os direitos sociais e assim como direitos culturais. Brasil, 2013, cita seus mais importantes parceiros dessa atuação são:

Ministério da Cultura (MinC), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). As principais demandas apresentadas pelos povos ciganos estão voltadas para as áreas de educação, saúde, registro civil, segurança, direitos humanos, transferência de renda e inclusão produtiva. (BRASIL,2013 p.7)

De acordo BRASIL (2013), consta no **Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos**, bases para atendimento apropriado aos povos de cultura cigana em

todopaís. (Este guia é dividido em quatro EIXOS, diferentes: I) Direitos Humanos; II) Políticas Sociais e de Infraestrutura; III) Políticas Culturais; IV) Acesso Terra.

Vemos no Eixo I, o direcionamento a Direitos Humanos, constam neste eixo:

1) Documentação Básica e Registro Civil; 2) Formação constante e efetiva em Direitos das Comunidades Tradicionais destinado a Defensores Públicos de todo país; 3) Segurança nos Acampamentos, Direitos Humanos.

1) Documentação Básica e Registro Civil:

a) Certidão de Nascimento: uma Mobilização Nacional cujo objetivo é difundir e facilitar o acesso a este importante documento de identificação de todo brasileiro.

A Mobilização Nacional faz parte do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e ampliação do acesso à Documentação.

A certidão de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania no País. É gratuita e indispensável. Sem o documento, os cidadãos e as cidadãs ficam privados de seus direitos fundamentais, sem acesso aos benefícios sociais e, quando adultos, não podem, por exemplo, obter a carteira de identidade, CPF e outros documentos. (BRASIL, 2013 p-7).

Vale ressaltar que a primeira via é gratuita para todos os brasileiros. De acordo com a Lei nº 9.534/97, de registros a segunda via é gratuita e destinada para pessoas reconhecidamente pobres

b) Registro Civil (RG); c) Cadastro de Pessoa Física – CPF; d) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS:

2) Formação em Direitos das Comunidades Tradicionais para os Defensores Públicos;

3) Segurança nos Acampamentos, Direitos Humanos.

Eixo II Políticas Sociais e de Infraestrutura compõe este item:

A) CadÚnico;

B) Programa Bolsa Família;

C) Minha Casa Minha Vida;

D) Tarifa Social (Programa Luz Para Todos);

E)Direito à Educação Itinerante

F) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec

G) Direito à Saúde e Programa Saúde da Família – PSF

H) Programa Saúde Bucal – PSB

EIXO III: Políticas Culturais

A) Prêmio Culturas Ciganas

B) Pontos de Cultura

EIXO IV:Acesso Terra

Regularização Fundiária – SPU

#### 2.1.6 Ações realizadas no Município de Serra e no Espírito Santo

O município de Serra localizada na região metropolitana de Vitória é pioneiro em políticas pró ciganas, por meio Lei no. 4.115/ 2003, institui o Dia Municipal do Povo cigano a ser comemorado no dia 24 de maio, onde se celebra o Dia de Santa Sara Kali, a padroeira e protetora dos povos ciganos.

Lei no. 4.115 INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO POVO CIGANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1o** Fica instituído o DIA MUNICIPAL DO POVO CIGANO, a ser comemorado anualmente no dia 24 de maio.

**Art. 2o** A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio de seu Departamento de Promoção da Igualdade Racial ou de outra que venha a substituí-la, apoiara as medidas a serem adotadas para a comemoração da data instituída por esta Lei.

**Art. 3o** Esta Lei no Lei no. 4.115, entrara em vigor na data de sua publicação. Palácio Municipal em Serra, aos 27 de novembro de 2013.

AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS. (SERRA, 2013).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2013, o município de Serra possui cerca de 467.318 habitantes. No momento o município possui acampamentos, localizados nos bairros de Eldorado, Jacaraípe Carapina, Macafé, Cascata e Nova Almeida. O grupo cigano do bairro Eldorado preiteia junto a prefeitura a construção de uma Vila Cigana, para aquela população de cerca de 30 famílias. A prefeitura pretende disponibilizar um terreno localizado no bairro Jardim Belo Vista região da Serra-Sede, por outro lado os moradores da localidade estão insatisfeitos com esta ação da prefeitura.

Segundo Serra (2013) nos dias 23 e 25 de Abril 2013, a prefeitura por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Sedir) e do Departamento de Promoção da Igualdade Racial, realizaram um levantamento sobre os acampamentos ciganos.

Após o levantamento das demandas, o Departamento de Promoção da Igualdade Racial realizou uma reunião com as secretarias de Educação; Cultura; Meio Ambiente; Emprego, Trabalho e Renda, três representantes dos ciganos e da coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Subsecretaria Estadual de Direitos Humanos, para organizar um dia de oferta de serviços para o clã cigano da Serra. (SERRA, 2013).

De acordo com Espírito Santo (2013), no dia 24 de maio de 2013, foi realizada no município de Serra uma Ação de Cidadania entre os ciganos em comemoração ao Dia Nacional dos Ciganos, esta realização adveio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh) e Prefeitura de Serra. Na ocasião dos eventos inúmeros serviços foram prestados aos ciganos:

Através da ação de cidadania muitos ciganos regularizaram suas vidas. Alguns tiraram o CPF, outros o RG e outros todos os documentos, inclusive a certidão de nascimento. Além disso, puderam cortar o cabelo, fazer atividades esportivas, receber orientações e encaminhamentos de saúde e o mais importante, serem reconhecidos, sem preconceitos, como cidadãos de origem cigana. (SERRA, 2013).

Para tanto no dia 23 de maio de 2014, a prefeitura por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, através do Departamento de Promoção da Igualdade Racial, realizou o 1º Seminário Cigano da Serra, sob o tema “Dentes de ouro, vestidos rodados: desafios para a construção da Associação Cigana da Serra”. (SERRA, 2014). Evento este realizado no Centro de Referência da Assistência Social- CRAS de Laranjeiras.

FIGURA 1 - 1º Seminário Cigano da Serra

A Prefeitura da Serra, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, convida para o Seminário:

Dentes de Ouro, Vestidos Robados: o Desafio da Construção da Associação Cigana da Serra

23 de Maio  
CRAS de Laranjeiras



**PROGRAMAÇÃO**

13h	Inscrições
13h10	Abertura com apresentação cultural da cigana Carla Angeli Piemonte Silva - Cedro - SP
14h	Composição da mesa
14h10	Palestra com a cigana Carla Angeli Piemonte Silva - Cedro - SP
15h10	Coffee Break
16h	Apresentação das demandas do acampamento cigano
16h10	Leitura do manifesto pela criação da Associação Cigana da Serra e encaminhamentos
17h	Apresentação cultural e momento de integração
18h	Coquetel de encerramento



Apoiado por:



Realizado por:



Fonte: SERRA, 2014

O último evento promovido pela prefeitura de Serra envolvendo os ciganos do município foi a 1º Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional dos Ciganos na Serra, realizada no dia 24 de maio de 2015, esta conferência teve por tema: Vila cigana por Direito Humano à alimentação Adequada e Saudável. Este evento foi realizado no Centro Comunitário do Bairro Eldorado.

## 2.2 CONHECENDO UM POUCO DA HISTORIA DO SERVIÇO SOCIAL

Este é um breve relato sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, atividade que desde a sua gênese passou por grande metamorfose no decorrer do tempo, entretanto ainda hoje se transforma seguindo de perto a todo processo histórico de nossa sociedade. Mantendo um posicionamento ético em defesa intransigente da classe trabalhadora por se reconhecer como parte integrante da classe **trabalhadora ou operária**, uma vez que o assistente social é um profissional que também vende sua força de trabalho.

O Serviço Social luta contra as desigualdades sociais advindas da relação antagônica das lutas das classes: trabalhadora e burguesa. A profissão possui um arsenal instrumental voltada à construção de uma sociedade justa, equitativa e igualitária sendo esta a base de seu projeto ético-político, contemplado ainda por uma dimensão teórico-metodológico e técnico-operativo atenuada com as transformações recorrentes de nossa sociedade.

Lembramos que, no Brasil, o Serviço Social surge entre as décadas de 1920 e 1930 de como ações da Igreja Católica como forma de recristianização da população cujo propósito era `moralizar os desajustados das classes subalternas. O assistente social surge como agente responsável por manter a ordem social, com relação a neste momento Coimbra (2009) relata:

A população pobre passou a ocupar as periferias das cidades, sem as mínimas condições de vida; faltando-lhes todas as políticas estruturantes e sociais (moradia, saneamento, educação, saúde, etc.). Essa acentuada pobreza contribuiu para o aparecimento dos movimentos sociais que passaram a contestar a ordem estabelecida. (COIMBRA, 2010 p-3).

Conforme o relato de Piana (2009) este modelo de industrialização tinha o perfil de modernização conservadora onde fora beneficiado pelo Estado corporativista que por sua vez mantinha seu caráter centralizador do poder por sua vez autoritário, "burguesia industrial aliada aos grandes proprietários rurais, buscava apoio principalmente no Estado para seus projetos de classe e, para isso, necessitavam encontrar novas formas de enfrentamento da chamada `questão social`".

Coimbra (2010) relata que em consequência deste súbito processo de industrialização no Brasil, a classe operaria tem um aumento exorbitante. Para

atender esta demanda de mão de obra á um deslocamento em massa de trabalhadores do interior para os grandes centros urbanos formando assim bolsões de pobreza. Ainda acordo com Coimbra (2010) observamos que:

Eles se aglutinaram nos centro urbanos vivendo em condições insalubres, precárias e desumanas, próximos das indústrias, o qual eram sujeitos a excessivas horas de trabalho. Um momento de crescente miséria e exploração de homens, mulheres e crianças. (COIMBRA, 2010 p-3).

De acordo Coimbra (2010) a inserção do Serviço Social no Brasil sobrevém nessa circunstância de avanço do capitalismo frente à questão social, “ o qual ocorreu através da iniciativa particular de vários grupos da classe dominante, e da Igreja Católica que era sua porta-voz “. O Serviço Social brasileiro é sugestionado pelos métodos da assistente social Mary Richmond uma norte-americana, que apresentou o método de estudo de Casos Individuais, grupo bem como os de comunidade. Assim sendo as assistentes sociais se ocupavam em estudar e investigar indivíduo em seu meio social, o intuito era averiguar a possibilidade deste se enquadrar a esse meio de maneira ideal, de outra forma o desajustado seria obrigado a mudar de meio social. Assim objetivavam trabalhar a personalidade dos indivíduos bem como sua pronta adaptação ao seu meio social.

A Igreja Católica toma a iniciativa do enfrentamento das demandas sociais e realiza as primeiras intervenções no Brasil, embora agindo de forma paliativa e caritativa não objetivava alteração na estrutura social vigente. Para tanto Aguiar (1995) afirma que a igreja utilizava como base de sua intervenção os princípios idealizados por São Tomás de Aquino a chamada doutrina neotomista cujos fundamentos eram pautados na dignidade da pessoa humana e visava o bem comum, de forma que as ações realizadas eram qualificadas como benevolência.

Aguiar (1995) cita algumas entidades e atividades criadas pela Igreja Católica cujo intuito divulgar os preceitos Cristãos entre eles se encontra: a *Ação Católica* que se subdividia em: Liga Feminina da Ação Católica (L.F.A.C.); Homens de Ação Católica (H.A.C.); Juventude Feminina Católica (J.F.C.) e Juventude Católica Brasileira (J.C.B.). As atividades da Ação Católica eram direcionadas a classe operaria principalmente aos trabalhadores residentes nas vilas operarias bem como suas famílias, entretanto o principal alvo das ações eram dispensadas as esposas.

A princípio o Serviço Social brasileiro foi influenciado e seguido de perto pelos moldes assistenciais existentes nos Estados Unidos, que observava o usuário como um ser desajustado: indivíduo fora dos padrões sociais e sendo que este sujeito deveria se ajustar para cumprir sua função na estrutura social. Sob esta ótica funcionalista era repassado aos brasileiros o ideário desenvolvimentista americano de igual forma fortalecia o sistema capitalista.

Segundo Aguiar (1995) em 1932 ainda sob comando e ação da Igreja é criada o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) na cidade de São Paulo. O CEAS surge devido a uma inquietação apresentada por alunas do Curso de Formação Social com relação à questão social. Devido à ampliação de atividades exercidas pelo (CEAS) aliado a exigência por novos conhecimentos, em 1936, é fundada em São Paulo a Escola de Serviço Social. Esta instituição surge logo após o retorno ao Brasil de algumas estudantes do CEAS que se formaram no curso de Serviço Social na Bélgica, estas trouxeram novos conhecimentos teóricos. Aguiar (1995) declara que ano de 1950, surgem outras Escolas de Serviço Social no Brasil, localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Natal e Porto Alegre neste ínterim surgem duas Escolas Masculinas uma no Rio de Janeiro outra em São Paulo.

A partir da década 1940 conforme Piana (2009) o busca-se uma profissionalização da assistência, assim o Serviço Social demanda uma gama de técnicas e instrumentalização assim passa a valorizar novos métodos e ao mesmo tempo em que busca se desvincular do modo neotomista “ para se orientar pelos pressupostos funcionalistas da sociologia e assim poder responder às novas exigências colocadas pelo mercado ” (PIANA, 2009 p- 89). A este respeito relata ainda:

O processo de institucionalização e de legitimação do Serviço Social desvincula suas origens da Igreja, contudo não supera o ranço conservador, quando o Estado passa a gerir prioritariamente a política de assistência, efetivada direta ou indiretamente pelas instituições por ele criadas ou a ele associadas. A assistência deixa de ser um serviço prestado exclusivamente pelas instituições privadas, tendo novos parceiros como o Estado e o empresariado. (PIANA, 2009 p- 89).

Neste sentido tanto as escolas de Serviço Social quanto as instituições assistenciais visavam manter a reprodução das forças de trabalho, bem como o controle social cujo intuito era abrandar as demandas sociais, de sobremaneira o Estado manteria

controle sobre a classe operaria ao passo que manter a hegemonia da classe dominante. Neste processo surgem instituições ligadas ao Estado conforme cita

Coimbra (2010): a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) e a Fundação Leão XIII.

Segundo Piana (2009) por volta de 1960, desponta a primeira dificuldade ideológica no Serviço Social brasileira, o que gerou uma crise em algumas escolas, isto se deve ao com ao surgimento, na América Latina, de um novo argumento de transformação da social, propondo a pronta substituição à forma desenvolvimentista favorecido até então.

Nessa década, o mundo passa por grandes transformações, especialmente na América Latina, com a Revolução Cubana que, criticando as estruturas capitalistas, mostra-se ao continente como alternativa de desenvolvimento, libertando-se dos Estados Unidos. É grande o inconformismo popular com o modelo de desenvolvimento urbano industrial dominante.

Toda essa agitação política é acompanhada pelas reflexões e pela inquietação das ciências sociais que, por meio da introdução do marxismo, começam a questionar a dependência externa, especialmente a norte-americana, por meio do enfoque dialético. (PIANA, 2009 p-93).

Reafirma Piana (2009) que os moldes de ação do Serviço Social importado ficaram obsoletos torna-se ineficaz propiciando o movimento de ruptura teórico-metodológico, bem como prático e ideológico. “A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Faleiros, 1987 apud Piana, 2009, p.94).

Piana (2009) relata a necessidade de perseguir novos caminhos no cerne da categoria, levantando reflexões, para tanto cita Netto (2001, p.146):

indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso,

ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. (Netto, 2001 apud Piana, 2009 p- 95)

Piana (2009) cita as propostas apresentadas por Netto (2001) a respeito da nova teoria:

Para tanto, uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares. Quando o modelo filosófico elaborado por Karl Marx, passou a embasar o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, o chamado materialismo Histórico Dialético. É no marco desse movimento que o Serviço Social, abertamente, apropria-se da tradição marxista e o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho no universo profissional (Netto, 2001 apud Piana, 2009, p.96).

Segundo Netto (1991) este movimento surge em meio à vigência da Ditadura Militar imposta ao País, no ano de 1964, é que o Serviço Social vai passar por processo de renovação amplo que mudará de forma significativa sua base teórico-conceitual. Para tanto o primeiro evento de mobilização do Serviço Social foi Seminário de Araxá realizado entre 19 e 26 de Março de 1967, na cidade de Araxá (MG), promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais (CBCISS). cujo objetivo era analisar a natureza do Serviço Social e propor novas perspectivas de intervenção atribuindo ao assistente social à participação no planejamento e administração nas políticas sociais. Em 1970 ocorre o II Seminário de Teorização realizado entre os dias 10 e 17 de Janeiro em Teresópolis que vem consolidar a fase modernizadora Serviço Social frisando a importância da requalificação dos assistentes sociais.

De acordo com Netto (2006) a partir da década de 1970 desencadeou produções teóricas advindas de cursos de pós-graduação das universidades entre as quais se destacam a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rio de Janeiro sendo que esta última oferecia em sua grade cursos de aperfeiçoamento em Serviço Social bem como especialização. De maneira que tais instituições tiveram de maneira extraordinária na elaboração da estrutura teórica bem como metodológica do ponto de vista da ruptura, isto se deve ao sistema pouco rígido frente a outras instituições. Netto afirma ainda:

No final da década de 1970 e primeiro terço da década de 1980 as universidades apresentavam alguns trabalhos de conclusão de pós-

graduação de ensaios sobre a intenção de ruptura. Despontam as faculdades do Rio de Janeiro, de São Paulo e Campina Grande.

(NETTO, 2006, p- 264)

Outros grandes seminários marcaram a fase de reconceituação do Serviço Social brasileiro entre eles os Seminários Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

Segundo o CFESS, [20..]):

Esses fatores favoreceram a produção interna de bens industrializados, como também o crescimento dos centros urbanos.

O Serviço Social, contudo, já vivia o movimento de reconceituação e um novo posicionamento da categoria e das entidades do Serviço Social é assumido a partir do III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado em São Paulo em 1979, conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada, "pelo seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira" (CFESS, 1996). Embora o tema central do Congresso ressaltasse uma temática da grande relevância – Serviço Social e Política Social – o seu conteúdo e forma não expressavam nenhum posicionamento crítico quanto aos desafios da conjuntura do país. (CFESS, [20..])

O CFESS ([20..]) é na década de 1980 onde ocorre o aprofundamento teórico, bem como o confronto teórico de histórico do Serviço social:

Já no início dos anos 1980 busca-se aprofundar a inserção do Serviço Social nas relações de trabalho institucionalizadas. Weisshaupt (1985) considera que objetivos profissionais e objetivos institucionais se articulam, pois o profissional é um agente subordinado na hierarquia, e seu objeto é estabelecido na relação de poder institucional, confirmando-se em sua pesquisa que é dominante a integração da população aos canais institucionais. Essa [...] considera não só as relações de poder, como os processos de trabalho, a condição de contratos na lógica capitalista, mas diversificando-se sua análise conforme o tipo de organização onde se inscreve, por exemplo: organizações estatais, empresariais, não governamentais, de trabalhadores e mesmo autônomas (Cefess/Abepss, 2009). Essa diversidade ou heterogeneidade de ações advém da própria diversidade de inserção do Serviço Social

É nessa diversidade e no confronto teórico e histórico de sua formação e formulação que se coloca hoje o desafio de se encontrar uma definição que possa agregar propostas de ação, valores e métodos. O propósito do Serviço Social, segundo a Associação de Assistentes Sociais Norte-Americanos (NASW, 2011) é a promoção do direito e da autodeterminação, com uma atitude de empatia para com o sujeito, mas levando em conta a cultura, as linguagens, as classes, as diversidades étnicas, habilidades, orientações religiosas, sexuais e diferentes expressões dos indivíduos. (CFESS, [20..]).

Neste contexto o CFESS ([20..]) que assistentes sociais necessitam atender "a pessoa no meio ambiente" isso se dará a níveis micro e macro, com disposições para influenciar alterações políticas e desenvolver-se nas esferas do poder local, bem com o estadual e federal," considerando os sistemas de cuidado, além de promover a pesquisa. Diferentemente da relação de pessoa e ambiente, a definição considera a pessoa no seu contexto" CFESS ([20..]).

Entre os anos de 1982 e 1983 ocorreu a expansão do ideário de ruptura metodológico e passado tradicional e conservador tal ação atingiu grande numero de profissionais de sobremaneira foi a partir da década de 1980, no exercício de suas atividades os Assistentes Sociais optaram pela luta incansável pela viabilização de direitos sociais, sendo este seu objetivo maior.

Em linhas gerais se observa a crescente precarização e redução postos de trabalho, bem como o desemprego acompanhado de perto pelo alto índice de subempregos gerando a cadeia de fome, miséria estrutural, que assim amplia a exploração da mão de obra feminina, que em geral ganha menores salários se comparados aos homens em mesma função. A exploração também atinge os idosos bem como fomenta a mão de obra infantil.

Ainda neste período acordos internacionais ditam regras absurdas aos Estados imbuindo estes de intervir de maneira mínima nas ações sociais, propiciando assim as desigualdades sociais, gerando assim as múltiplas expressões da *questão social*.

A década de 1990 representa um marco Serviço Social, onde foram viabilizadas grandes conquistas da profissão, entre elas então: Lei nº 8.662/ 93 (Regulamentação do Serviço Social); Lei nº 8.742/ 93 Lei Orgânica da Assistência

Social (LOAS); Resolução nº 273/ 93 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

### 2.3 OQUE FAZ O ASSISTENTE SOCIAL

Na década de 1970 a teoria marxista passa a embasar as praticas dos assistentes sócias, fortalecendo assim as lutas em favor dos trabalhadores de igual forma se posicionaram contra o período ditatorial instalado no país mobilizando as massas em pró da Constituição Federal de 1988, a constituição cidadã como é conhecida.

Em linhas gerais se observa a crescente precarização e redução postos de trabalho, bem como o desemprego acompanhado de perto pelo alto índice de subempregos gerando a cadeia de fome, miséria estrutural, que assim amplia a exploração da mão de obra feminina, que em geral ganha menores salários se comparados aos homens em mesma função. A exploração também atinge os idosos bem como fomenta a mão de obra infantil.

Ainda neste período acordos internacionais ditam regras absurdas aos Estados imbuindo estes de intervir de maneira mínima nas ações sociais, propiciando assim as desigualdades sociais, gerando assim as múltiplas expressões da *questão social*

Assim sendo os assistentes sociais unidos a outras classes trabalhadoras lutam por mudanças favoráveis as classes subalternas.

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos Governos. (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

Continuando o debate social no ano de 1993 é instituída a reformulação do Código de Ética, marco regulador e bussola da profissão do Serviço Social no Brasil.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos

princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

O código de ética é por assim dizer *livro de cabeceira* do assistente social, já que ele descreve muitos dos princípios básicos para atuação profissional, ademais é instrumento auxiliador nas superações dos desafios apresentados diariamente ao profissional.

Assim sendo este se torna base de referencial teórico-metodológico do Assistente Social, levando ao profissional do Serviço Social o emponderamento de todas as suas atribuições profissionais e técnicas. Fazendo-o lembrar de seu compromisso ético assumido em favor da busca intransigente pela ampliação do acesso aos direitos humanos em direção da nova ordem societária. De tal forma está descrito no Código de Ética do Serviço Social:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Lemos ainda no Código de Ética do Serviço Social:

- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados

e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

#### Outros pontos do Código de Ética do Serviço:

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CRESS, 2011 p.24).

Justamente por acreditar e lutar pelo fim das desigualdades sociais torna o assistente social um profissional diferenciado dos demais. Já que fez sua opção “por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem social” (CRESS, 2005, p. 20). O assistente social levanta sua bandeira por justiça social.

Dessa forma o Serviço Social anseia por igualdade de direitos, justiça social, condições dignas de trabalho e renda bem como a socialização da riqueza produzida no país, este movimento constitui importante mecanismo de mediação histórica de luta pela emancipação humana. Vale lembrar que o Conselho Federal de Serviço Social, CFESS no ano de 2009, promoveu uma campanha social

ênfatizando a luta por direitos e o rompimento com a desigualdade, conforme podemos verificar no documento do CFESS.

[...] romper com a desigualdade como forma de protesto e indignação diante da barbárie capitalista que reitera a desigualdade social, e defende o fortalecimento dos movimentos sociais organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada. Esses são nossos compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais. As desigualdades econômicas e sociais entre países “ricos” e “pobres” se agudizam nesse momento de crise.(CFESS, 2009)

Segundo Martinelli (2006), é fácil observar como o lado econômico invade transformando as relações sociais em verdade, quando não anulam simplesmente retiram cidadania dos sujeitos, deteriorando ainda mais a já delicada condição humana. As múltiplas intervenções sociais oferecidas, por vezes, não dialogam com as reais necessidades dos indivíduos, desconsiderando a sua consciência política, por vezes reduzindo o campo de intervenção do Serviço Social forçando assim a mero atendimento pontual da solicitação dos usuários. “ Nosso ato profissional é muito mais pleno do que o atendimento imediato da solicitação [...] ” (MARTINELLI, 2006 p 11).

Nos múltiplos campos onde atua o Serviço Social, sempre se encontra o desafio diário por uma intervenção justa e equitativa, o Assistente Social busca transpor as barreiras e dificuldades impostas a sua atuação, por vezes se depara com baixos recursos financeiros, problemas estruturais não raros e o escasso corpo técnico amplia a dificuldade deste profissional. Atualmente, o Estado compreendido pelo Primeiro Setor composto pela federação, estados e municípios compreende parte dos postos de trabalho dos Assistentes Sociais, seguidos das empresas: Segundo Setor. No Terceiro Setor temos as ONGs (Organizações Não- Governamentais), CIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e Movimentos Populares.

O Assistente Social é um profissional versátil requisitado para atuar efetivamente nos mais variados setores da sociedade, entre eles a assistência social, saúde, educação, movimentos sociais e culturais, de igual forma atuam nos poderes judiciário e legislativo.

Diante do antagonismo capital X trabalho, o Serviço Social se torna cada vez mais necessário frente a sociedade, uma vez que reconhece as dificuldades advindas do

neologismo atual causa e efeito das múltiplas expressões da questão social. É justamente a questão social o objeto de trabalho do assistente social.

Segundo Iamamoto (2004),

O assistente social não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que se constituem na vida em sociedade e condensam em sua vida social. As situações singulares vivenciadas pelos indivíduos são portadoras de dimensões universais e particulares das expressões da questão social, condensadas na história de vida de cada um deles. O conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social, que desafia a cada momento o desempenho profissional [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 272).

Não obstante a isto o principal compromisso do Serviço Social é romper com o passado onde suas práticas eram realizadas de forma assistencialista onde usuário era visto como cliente e não sujeito de direitos, práticas estas atualmente consideradas abomináveis pelo Código de Ética (2005).

#### 2.4 RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E OS CIGANOS

O Assistente Social exerce papel chave quanto a defesa dos interesses da população cigana uma vez que este grupo social é reconhecido Povo Tradicional, assim como os quilombolas e indígena, por entender que estes cidadãos vivem as margens da sociedade. Assim esta descrito no Código de Ética do serviço Social:

“ V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (RESS, 2011 p.24). Cabe ainda ao assistente social encorajar ações de promoção e respeito aos povos de cultura cigana a fim de difundir sua cultura, propiciando assim o respeito à diversidade ampliando à discussão das diferenças, com intuito de combater a discriminação em todas as suas faces.

A apesar de ser um trabalhador inserido num campo de trabalho tem subsídios legais que lhe permitem utilizar de seu aporte teórico-metodológico e autonomia adquirida e embasada por meio da Lei 8.662 (1993), Lei esta que regulamenta a

profissão de Serviço Social e no Código de Ética. Uma vez amparado o Assistente Social pode alterar o meio em que está inserido, a busca pela mediação do conflito de interesses entre os atores sociais envolvidos.

Em relação ao povo de cultura cigana o assistente social tem um campo fértil para atuação profissional. Seja nas atividades de pesquisa social, ou na elaboração e execução de projetos sociais são validas a atuação deste profissional, vale lembrar a importância na fiscalização de projetos e programas sociais.

Outras formas de intervenção do Serviço Social direcionadas aos povos de cultura cigana citam ainda, o fortalecimento dos vínculos sociais entre comunidade e ciganos; divulgação dos direitos destes povos; dar visibilidade cultural e social as comunidades ciganas; promover debate e palestras a respeito da cultura cigana buscando envolver a comunidade local nestas ações, ou seja cabe ao Serviço Social viabilizar esta aproximação entre comunidade e ciganos.

O Serviço Social se faz presente nos setores Legislativos e Executivo e Judiciário é justamente nestes espaços de leis sua atuação é efetivada de fato. Atuando no poder legislativo o assistente social participa ativamente na elaboração de leis, políticas sociais e projetos que envolvam os povos ciganos. No exercício das atividades na esfera executiva cabe ao Serviço Social à execução e fiscalização e acompanhamento dos projetos vigentes.



### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa, isto se deve aos objetivos apresentados no presente estudo, cuja proposta apresenta-se em descrever a percepção que os ciganos residentes no Distrito de Praia Grande com respeito do atendimento a eles dispensada quando acessam os serviços públicos. Apresentando de forma imparcial as impressões pessoais bem como os sentimentos, dificuldade de acessos e obviamente levantamos os principais serviços acessados pelos ciganos locais. De modo geral analisamos as principais políticas sociais ofertadas aos ciganos no município de Fundão.

Gil (2008) ao referir-se a abordagens qualitativas, relata:

A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Cabe-lhe muitas vezes desenvolver a sua própria metodologia (GIL, 2008, p. 177).

E,

[...] ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamento sem que os procedimentos analíticos possam ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador (GIL, 2008, p. 194).

Minayo (2006), ao discutir as diferenças entre os aspectos quantitativos e qualitativos afirma que o uso de métodos quantitativos busca a obtenção de dados, indicadores, tendências observáveis e o método qualitativo é um método interpretativo de elementos subjetivos da vida humana. Ressalva ainda[...] ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, valores, atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações variáveis` (MINAIO, 2002, p21).

Para subsidiar a presente investigação tomamos por base o modelo de pesquisa descritiva haja vista que tal método mais se adequa aos objetivos propostos no

estudo. Este tipo de pesquisa nos permitiu coexistir com o fenômeno em estudo de modo a nos fornecer subsídios fortes para maior compreensão e precisão de seus resultados.

Neste sentido Andrade (2012) relata:

Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2010, p 112).

### 3.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado em duas Vilas Ciganas situadas no distrito de Praia Grande. Ressaltando que Vila Cigana é uma nova denominação dada aos acampamentos ciganos- como são conhecidos os espaços destinados às barracas, vale lembrar a existência de casas de alvenaria. A Vila Cigana Bairro Direção localiza-se na Rua Visconde de Pirajá, próximo ao campo de futebol. A segunda Vila Cigana situa-se no Bairro de Praia Grande, está localizada nas proximidades da Unidade Básica de Saúde Ozair Ribeiro.

### 3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Foram convidados a participar deste estudo, Ciganos da Etnia Calon, de ambos os sexos em diferentes fases da vida, todos residentes nas Vilas Ciganas dos Bairros Direção e Bairro Praia Grande, ambas as Vilas localizam-se no Distrito de Praia Grande, município Fundão, pertencente à Região Metropolitana de Vitória no estado do Espírito Santo. Participaram das entrevistas 25 ciganos.

A escolha específica destas Vilas ocorreu devido à proximidade entre si, uma vez que beneficiou o estudo em termos de logística. A decisão por pesquisar apenas os ciganos moradores do distrito de Praia Grande e não ampliar tal estudo a outros

grupos se dá pelo fato da necessidade de uma delimitação da amostragem.

Para Gil (2008) é possível um pesquisador determinar uma amostra por conveniência ou pelo fato de facilidade de acesso:

Amostragem por acessibilidade ou por conveniência: constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (GIL, 2008, p. 94)

### 3.4 COLETA DE DADOS

Remetendo aos instrumentos utilizados no estudo optamos por fazer uso da técnica de entrevista como principal instrumento de coleta de dados desta pesquisa, uma vez que tal instrumento é de fácil entendimento por parte dos participantes envolvidos no estudo. Em relação às diferentes técnicas de entrevista é feita opção pela técnica de entrevista semiestruturada. Para tanto esta entrevista seguiu um roteiro-guia tal como está especificado. (Apêndice A)

Perguntas pré-definidas: Quem são: Procedência (Grande Vitória; interior do Estado; outros Estados); Papel da liderança cigana do local; De onde vieram antes de chegarem a PG?; Há quanto tempo estão morando em PG; Pretende mudar em breve? Numero de famílias no acampamento; Número de indivíduos; Numero de crianças nos acampamentos; Moradia (tenda; casa: cedida, própria, alugada); Estado Civil (casado, solteiro, viúvo, união estável); Documentos Cíveis (Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento; Certidão Óbito; RG; CPF; Título de Eleitor).

Sobre Educação:

Crianças em idade escolar; Crianças em idade escolar estudando; Crianças em idade escolar fora da escola; Crianças inseridas na educação infantil; Crianças não inseridas na educação infantil.

Escolaridade dos ciganos; Adultos *Jovens alfabetizados*; *Jovem ou adulto estudando no momento*; dificuldades de acesso no ensino fundamental ou EJA nas escolas da região.

Sobre Saúde:

Qual serviço de saúde você mais utilizado no município (Unidade Básica de Saúde, Hospital); se atendido no município; dificuldades em acessar o serviço pretendido; foi atendido de forma diferente por ser cigano no município ; Com é o atendimento fora da região.

Sobre Assistência Social:

Solicitou algum dos serviços oferecidos pelo CRAS da região; Quais atendimentos solicitados; a solicitação foi atendida; a dificuldade em acessar o serviço pretendido; foi tratada de forma diferente por ser cigana.

Segundo Gil (2010) a respeito da entrevista semiestruturada ou despadronizada é aquela onde o entrevistador tem a liberdade de conduzir sua entrevista conforme a sua conveniência, embora siga um roteiro pré-estabelecido. [...] assistemática, antropológica ou livre- quando entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação que considere adequada. É uma forma de explorar amplamente a questão (GIL, 2010, p.279).

### 3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

A principal forma de registro dos dados deste estudo foi obtido por gravação em áudio, entretanto também utilizamos um pequeno questionário escrito, que foi preenchido com o intuito de agilizar o processo de entrevista e de igual forma facilitou a análise dos dados obtidos.

Para Gil (2008) o processo de análise dos dados os tem como objetivo organizar sistematicamente os dados de forma tal que permitam reforçar as respostas quanto ao tema proposto no estudo. “ Já a interpretação dos dados tem como o objetivo a procura de sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtido ” (GIL, 2008 p.156).

Gil (2008) afirma ainda:

[...] as respostas fornecidas pelos elementos pesquisados tendem a ser mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-

las, o que é feito mediante a seu agrupamento em certo numero de categorias (GIL, 2008 p.156).

Apuradas as categorias de análise deste estudo passamos para a fase de análise interpretativa para cada categoria levantada a partir do agrupamento das unidades. Como afirma Gil (2008) “Nesta etapa é importante tomar decisões acerca da maneira como codificar as categorias, agrupá-las e organizá-las para que as conclusões se tornem razoavelmente construídas e verificáveis” (GIL, 2008 p.175).

Este foi nosso propósito, que passamos a apresentar no próximo tópico.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 A POPULAÇÃO CIGANA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

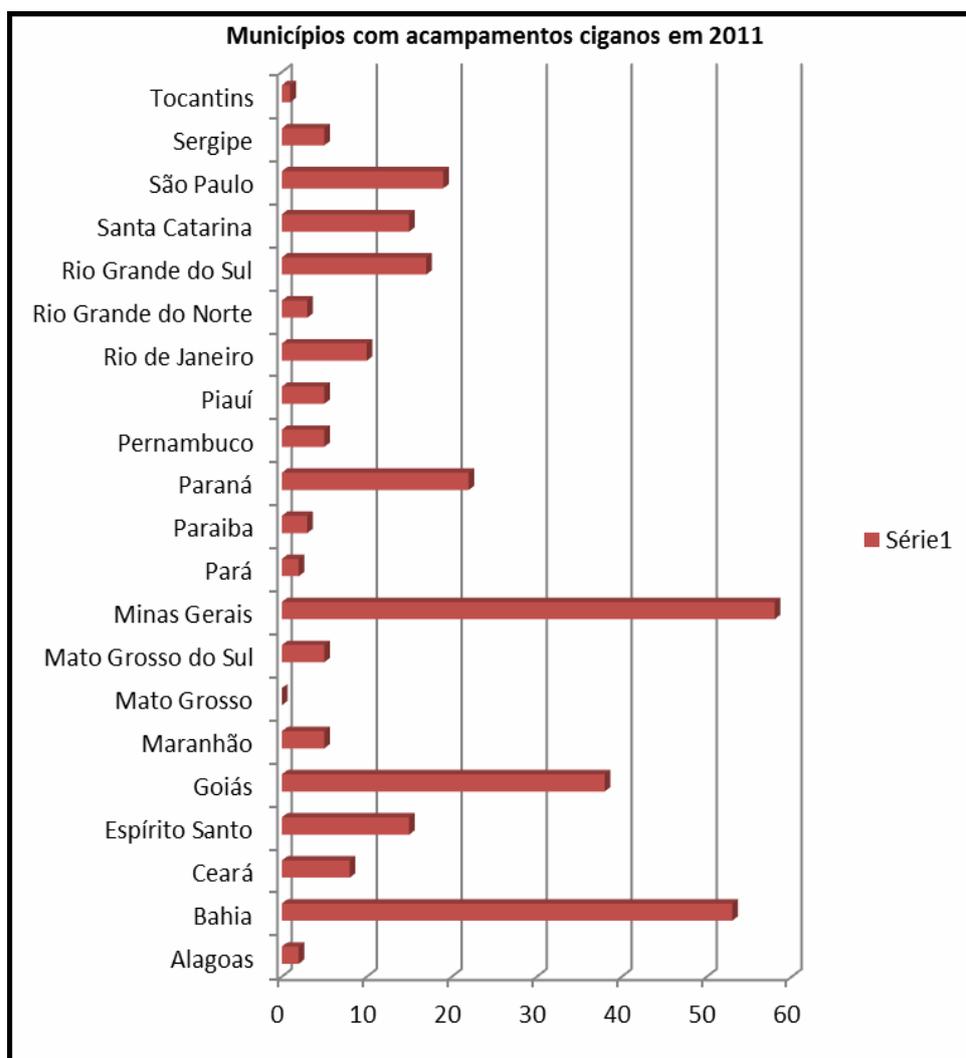
Antes de falarmos sobre a população cigana em questão, faz-se necessário uma breve explanação sobre os grupos ciganos existentes no país. Segundo Oliveira (2008) “cigano é todo indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se auto identifica como Rom, Sinti ou Calon, ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por este grupo reconhecido como membro, seja por nascimento ou afinidade”. (OLIVEIRA, 2008. p- )

Atualmente há registro de acampamentos ciganos em quase todo território nacional, segundo dados de BRASIL (2014) estima-se que 800.000 seja o número de ciganos no Brasil, estes dados foram apurados em Senso realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com entidades e organizações ciganas, distribuídos em três grupos distintos entre si: os Rom, os Sinti e os Calóns. Em dados históricos sabe-se da existência de ciganos no Brasil desde o século XV.

O gráfico abaixo demonstra o percentual de acampamentos ciganos por estado, sendo Minas Gerais o campeão em grupos, seguido pelo estado da Bahia. Segundo BRASIL (2014), informações oficiais sobre os povos ciganos no país ainda são embrionárias e até insuficientes.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos, localizados em 21 estados, sendo Bahia, Minas Gerais e Goiás os de maior concentração. Entre os municípios com 20 a 50 mil habitantes, 291 declararam ter acampamentos ciganos em seu território. Em relação à população cigana total, estima-se que há, hoje, cerca de 800.000 ciganos no Brasil. (BRASIL, 2014. p- 5).

Gráfico1 - Índice de acampamentos ciganos por estados



Fonte: (BRASIL, 2014)

Quadro 01- Localização de acampamentos no estado do Espírito Santo

<b>Espírito Santo</b>
<b>Águia Branca, Baixo Guandu, Cariacica, Colatina, Fundão, Guarapari, Ibatiba, Itapemirim, Jaguaré, Muqui, Nova Venécia, Ponto Belo, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha.</b>

Adaptado (BRASIL, 2014 p- 14)

Conforme o quadro 01 observa-se que além do município de Fundão, há

acampamentos ciganos em outras dezesseis cidades capixabas, entre as quais três compõem a Grande Vitória: Serra, Cariacica e Vila Velha. Até o momento não há números exatos de ciganos moradores no estado do Espírito Santo.

#### 4.2 O PERFIL DA POPULAÇÃO CIGANA DE PRAIA GRANDE

Os participantes deste estudo são os ciganos da etnia *Calon*, residentes no Distrito de Praia Grande, no município de Fundão, cidade localizada a 53 km de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Fundão compõe a região metropolitana de Vitória. No Distrito de Praia Grande, há dois grupos ciganos distintos: o primeiro grupo são os ciganos moradores do acampamento localizado no Bairro Direção (A); o segundo acampamento localiza-se nos arredores da Unidade Básicas de Saúde Ozair Ribeiro (B). Cerca de vinte famílias moram neste dois acampamentos.

Figura 2 -Localização territorial do município de Fundão

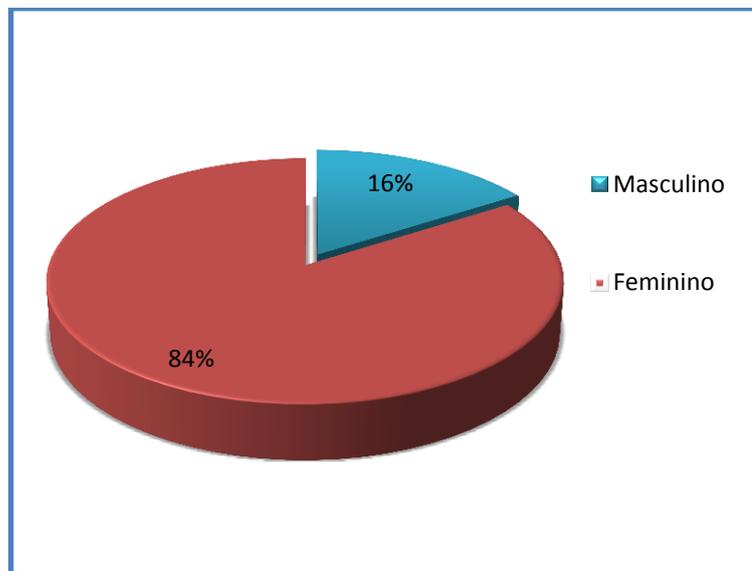


Fonte: WIKIPEDIA (2015)

Conforme apuramos os ciganos que hoje habitam em Praia Grande são oriundos

dos municípios de Aracruz e Linhares, de modo geral o primeiro grupo cigano chegou a esta região em meados de 2006.

Gráfico2 - Relação de gênero



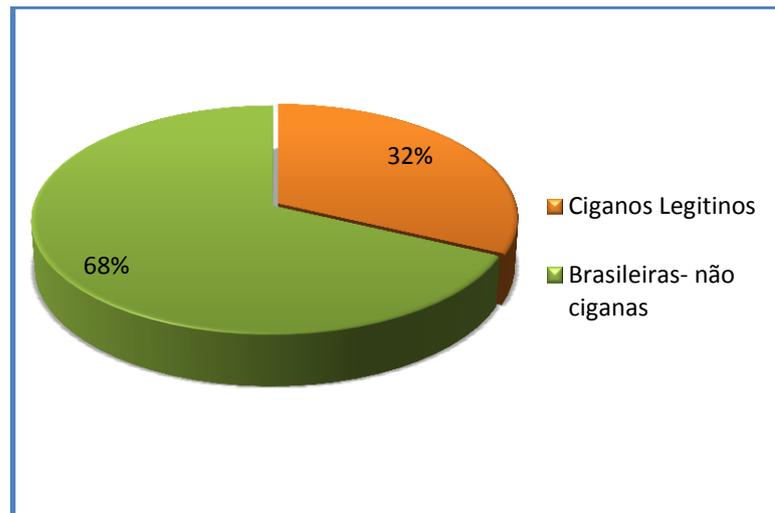
Fonte: Próprio Autor

Para a realização deste estudo, muitos foram os ciganos convidados a participarem das entrevistas, Entretanto, tão somente 25 Calóns se dispuseram a participar das entrevistas, entre os quais 4 homens (16%) e 21 mulheres representando 84% dos entrevistados, com idades entre 16 e 80 anos. O número reduzido de homens participantes do estudo se deve a postura mais reservada destes se comparada às mulheres ciganas. Ciganos são reticentes quanto a presença de estranho. “ Entendemos que a postura dos ciganos funciona mais como estratégia de proteção do grupo em relação às pessoas estranhas à comunidade” (BONOMO, et al., 2008, p- 159)

Vale ressaltar que eu mesma sendo conhecida de longa data por membros do grupo, ainda era uma estranha no acampamento. Superada a primeira impressão, e conquistada a confiança dos demais membros destas comunidades, as entrevistas ocorreram sem intercorrências.

Dentre os entrevistados 8 são ciganos puros (4 homens e 4 mulheres) representando 32% e 17 são **brasileiras**- não-ciganas que são *casadas* com ciganos, estas correspondem 68% das entrevistas realizadas. Como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Proporção entre ciganos e não ciganos entrevistados



Fonte: Próprio Autor

Quanto aos Calóns desta região constatou-se quão comum é o matrimônio de *brasileiras* com rapazes ciganos, isto se dá em parte ao baixo índice de meninas ciganas nos grupos visitados. Na tradição é aceitável o casamento entre as brasileiras e os ciganos, desde que a moça aceite morar no acampamento e honrar a tradição e os costumes desta comunidade. Bonomo e outros (2008), indica o significado prático do termo comunidade:

A expressão “comunidade” é aqui utilizada para retratar as relações sociais construídas e mantidas por famílias ligadas por laços de parentesco ou não, modos de produção, estratégias de socialização, relações afetivas, crenças e valores compartilhados. É nas relações com diferentes grupos que seus membros constroem formas de organização familiar e comunitária, buscando coerência entre suas crenças e o modo como efetivamente vivem. (BONOMO, et al., 2008, p- 154)

Entre os usuais costumes ciganos a serem assumidos pela **brasileira**, está em usar exclusivamente o **vestido**- símbolo da identidade feminina e do compromisso assumido com o matrimônio, a partir deste momento *a moça se toma propriedade do*

*marido pela **lei dos ciganos** (grifos nossos). Podemos observar o que foi afirmado conforme relato de um pai preparando o casamento de um garoto de 13 anos com uma menina não cigana de 14 anos de idade:*

*Meu menino tinha compromisso com uma menina cigana de 9 ano, aí deu que eu mais o pai dela se desentendeu, foi aí que eu fiz o combinado. Quando nois mudemo para o direção ele conheceu essa minina, gosto dela quis namora. Eu fui lá, na casa dela falei com a mãe e o padrasto dela, pedi pra namora meu fio. Falei como é o sistema da vida do cigano, que nois casa cedo, **que a menina depois que casa ela é do marido**, não tem essa de durmi sozinha na casa da mãe, saí de noite, estuda essas coisas. A mãe dela concordo e agrado. [...] agora ela vem aqui na barra, pra sentir o **sistema**, se acostumá, ano que vem ela já vai aprende a cozunhá aqui. Casá agora eles não vao porque meu menino é muito novo, ta estudanu. Aquieu vigiano, orientano ela, porque aqui ela tem um pai. (ENTREVISTADO- Z).*

Diferente disso ocorre com a menina cigana, a esta é proibido o casamento com um Garrom- um homem não cigano. Segue o relato de uma cigana a esse respeito:

*Aqui nos cigano, a minina cigana, num pode namora, ela casa é cedo. Os mininus já casa cum as brasileira, já qui num tem jeito meso, aí os pai deixa. A cigana elas não pode namora, até meso casá com brasileiro, os pai trata do casamento, cum a famia boa, gente direita, trabalhadora, as vezes as meninas nem conhece o meninu direito. (ENTREVISTADA- S).*

O matrimônio neste grupo cigano é sempre motivo para grande comemoração, seja uma união civil, religiosa ou mesmo uma união estável, o importante é festejar a nova família. Os festejos são sempre regados a muita cerveja acompanhado de farto churrasco e podem durar dias, conforme as possibilidades financeiras dos pais do casal de noivos. Há festas que chegam a durar oito dias seguidos. Relato de um entrevistado, onde fica claro estes aspectos da tradição cigana:

*No casamentu da minha fia, foi só treis dia festa, mais teve muita cerveja, matei treis novilha. Nossa Senhora, gastei muito dinheiro com esse casamento, R\$ 26,000,00, só minha parte, mais valeu a pena. Festa bunita demais. [...] Minha*

*mininacasô com 13 anos, com rapaz muito bom, trabalhado, de boa famia. Gente boa demais. Já ta casada a cinco anos, agora ela tá grávida, vai te um meninu.(ENTREVISTADO-Z).*

Entre estes Calóns de Praia Grande, observa-se as particularidades existentes nas comunidades patriarcais, a diferenciação dos papéis entre homens e mulheres. Ao homem cabe o sustento da família e a mulher cabe garantir a continuidade do grupo. Observamos que as mulheres desta comunidade cigana não trabalham fora do acampamento, sendo que algumas vendem roupas de cama, tapetes artesanais ou outras costuram para os demais moradores da localidade. Vale ressaltar que os clientes vão às suas moradias. Em linhas gerais as mulheres se encarregam dos afazeres domésticos. Entre as atividades desempenhadas pelas ciganas constam os cuidados para com a barraca (ou casa), a educação dos filhos, o trato com o marido e sua família, uma vez que os acampamentos são formados por grupos familiares, são **todos parentes**- pais, filhos, irmãos, sogros, primos. Assim sendo as mulheres estão sujeitas às relações de poder e de gênero dentro do contexto cultural do grupo. “[...] O modelo tradicional das relações de trabalho em que o homem realiza a atividade econômica central como “o provedor”, aquele que irá garantir a sobrevivência da família, enquanto a mulher cuida da casa e dos filhos” [...] (BONOMO, et al., 2008, p- 177)

Uma consideração importante a destacar é os ciganos Calon tem um idioma próprio, se comunicam na *língua caló*, hábito cercado por séculos de tradição. Antes a língua era uma estratégia do grupo, uma proteção contra intrusos, não ciganos. Hoje é reconhecida mais uma das muitas peculiaridades da cultura deste povo. Como prova disto apresentamos a título de curiosidade algumas palavras do dialeto Calon:

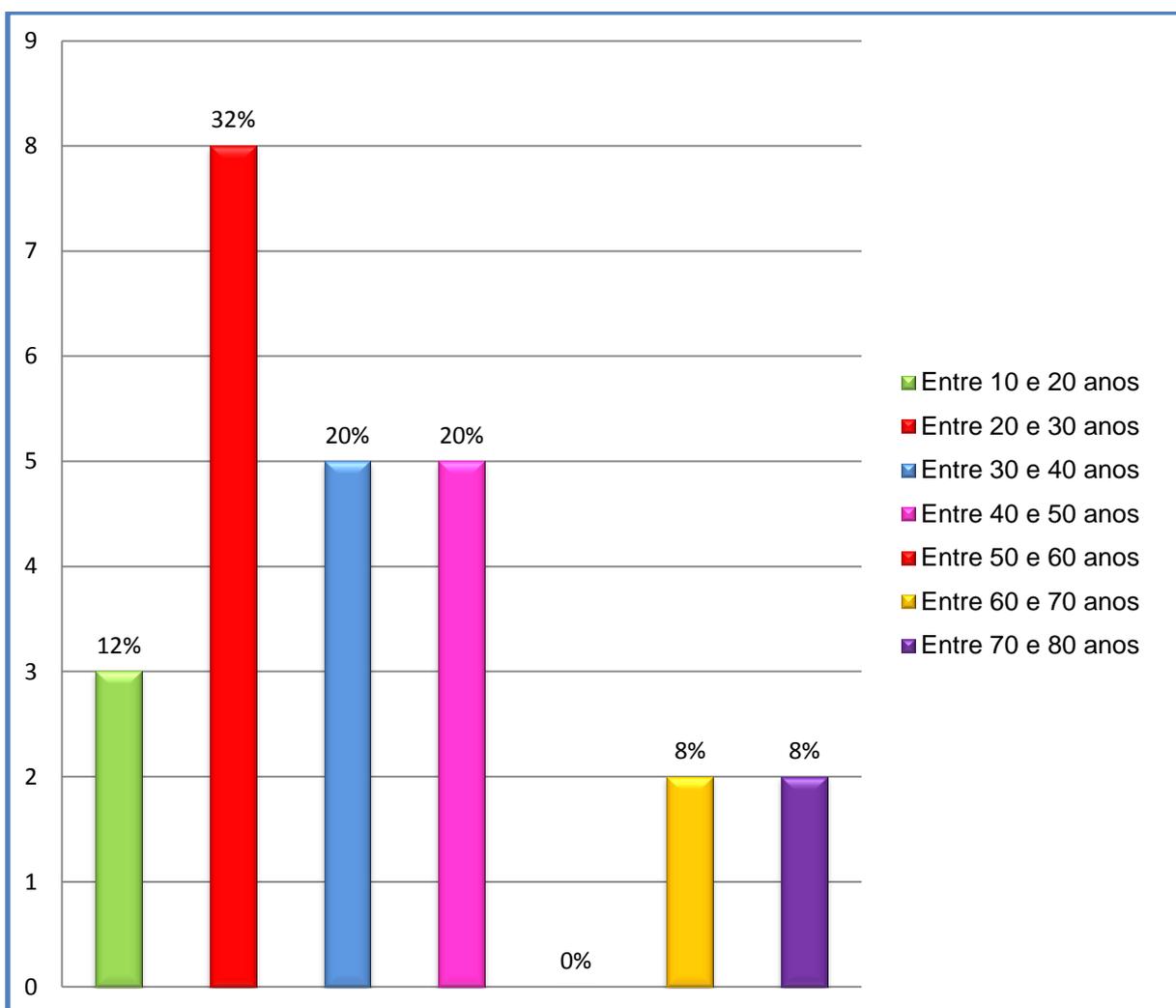
Quadro 02- Termologia

Termologia cigana para gênero	
Calon	Homem cigano
Calin	Mulher cigana
Garrom	Homem não cigano
Gagim	Mulher não cigana

Fonte: Próprio autor

Conforme demonstra o gráfico abaixo, os ciganos entrevistados pertencentes a faixa etária entre 30 e 40 anos e a faixa entre 40 e 50 anos se apresentam com mesmo percentual de 20% dos participantes; a população jovem com idade entre 10 e 20 anos representa 12%, já jovens adultos com idade entre 20 e 30 anos somam 32%; não tivemos nenhum entrevistado da faixa etária entre 50 e 60. O índice de idosos na faixa etária entre 60 e 70 anos correspondem a 8%; o grupo da faixa etária entre 70 e 80 anos também somam 8%.

Gráfico 4 - Faixa etária dos entrevistados

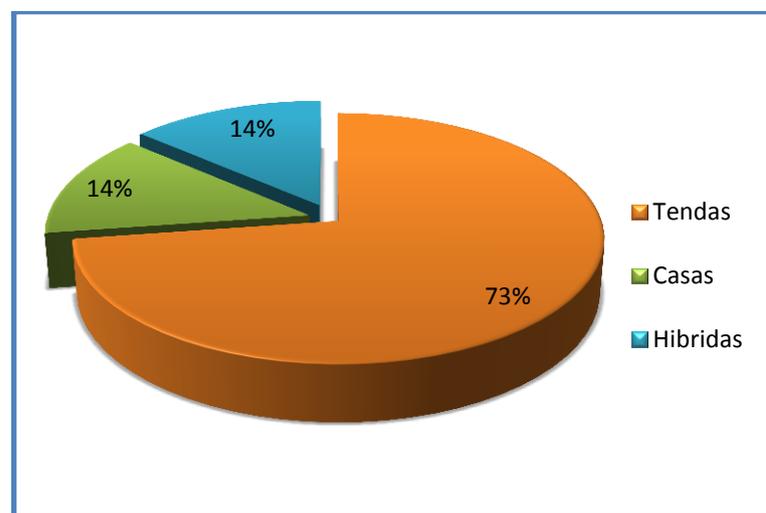


Fonte: Próprio autor

Em Praia Grande há dois grupos ciganos, um localizado no Bairro Direção (A) outro

nas imediações da Unidade Básica de Saúde Ozair Ribeiro (B). Atualmente nos dois acampamentos 31 moradias, divididas em três categorias distintas: as tendas, casas de alvenaria e **residências híbridas** (barracão)– misto de casa e tenda: sendo que estas apresentam estrutura de alvenaria, com parede, banheiro e telhado, cuja frente da residência é feita com largas cortinas coloridas no lugar de portas. Conforme veremos em Anexos (B).

Gráfico 5 -Tipo de moradia dos entrevistados



Fonte: Próprio autor

Conforme o gráfico acima que representa as moradias dos entrevistados, salientamos que as tendas representam 73%, sendo que as casa de alvenaria somam 14%; as residências híbridas totalizam 14%. Importante salientar que todos os ciganos são proprietários de suas moradias, ou seja, compraram o terreno onde moram com suas famílias.

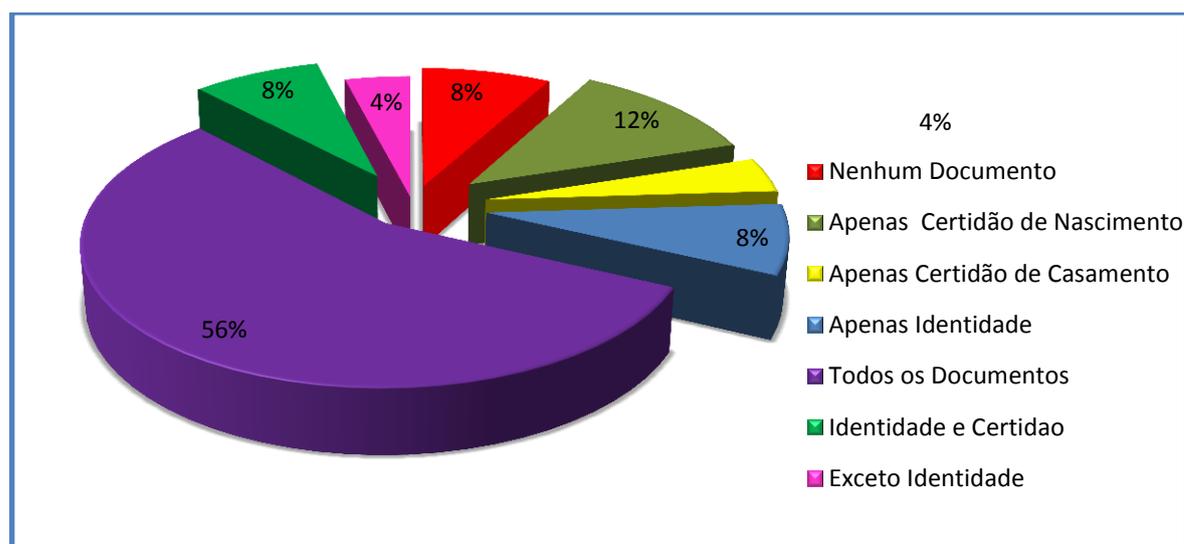
Durante as entrevistas foi constatado que os ciganos residentes em Praia Grande, são oriundos dos municípios de Aracruz e Linhares. Muitas famílias já residem em Praia Grande a cerca de 8, 6 anos. Somando o tempo de moradia dos ciganos entrevistados apuramos uma permanência média de 6,3 anos.

O primeiro acampamento foi montado em torno do campo de futebol do Joaripe, às margens da Rodovia ES, onde permaneceram alojados por quase dois anos. O segundo acampamento foi montado no Bairro Mirante, às margens da Rod. ES 010, na localidade conhecida por Porto da Lama, próximo à praia. Permaneceram por

cerca de 1ano e seis meses nesta localidade, considerado por eles pouco tempo, porque, segundo eles a região é muito úmida, alagadiça e infestada por *mutucas* (insetos que se alimentam de sangue como os mosquitos), o que os obrigou a mudarem-se novamente. O terceiro acampamento foi armado em uma fazenda que fora alugada, nas proximidades do Bairro Direção, também as margens da ES 124, próximo a plantação de eucaliptos. Esta última locação era considera desconfortável pelos ciganos, uma vez que a área era *descampada* e muito vulnerável efeitos de fortes ventos, contava com precário abastecimento de agua e energia elétrica. Outro problema era o preço alto do aluguel, o locatário cobrava R\$ 100,00 mensais por barraca montada, independente do tamanho e da quantidade de moradores.

Em visita ao local por ocasião dos festejos do Dia de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro de 2012, podemos observar os problemas com o vento bem como as precárias instalações sanitárias. Neste período surgiu a oportunidade de compra de um terreno recém-loteado, situado a Rua visconde de Pirajá, s.n. no Bairro Direção. Desse modo, compraram o imóvel em conjunto. Desta forma se deu ultima mudança de acampamento, agora para um local seguro, com instalações de água e luz, onde cada família cigana é proprietária de seu terreno. Neste período um novo grupo de ciganos monta acampamento nos arredores da Unidade de Saúde.

Gráfico 6 - Documentação Civil dos Entrevistados

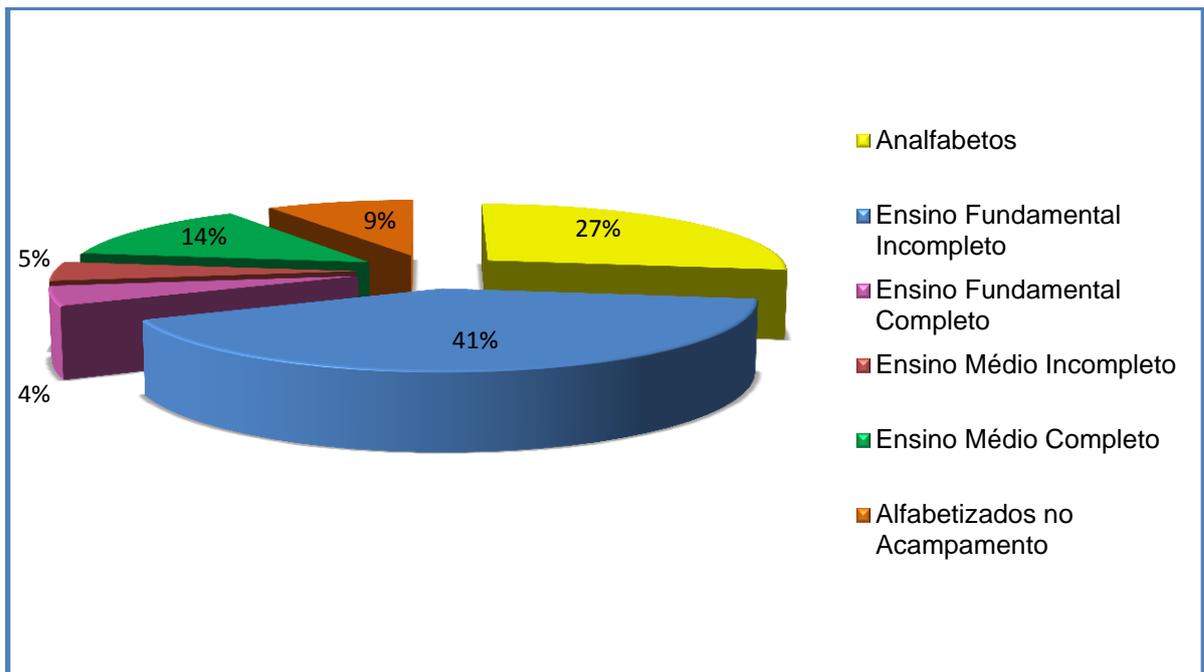


Fonte: Próprio autor

Quanto à documentação dos ciganos entrevistados,apura-se o seguinte: 56%

possuem toda a documentação, 8% são os ciganos que não possuem em mãos nenhum documento, 12% apenas portam a Certidão de Nascimento, aqueles que tem em seu poder somente Certidão de Casamento são 4%, os detentores de Carteira de Identidade e Certidão de Nascimento somam 8%, apresentam somente Carteira de Identidade, 8%, e 4% são os indivíduos que apresentam demais documentos exceto a Carteira de Identidade.

Gráfico 7 - Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Próprio autor

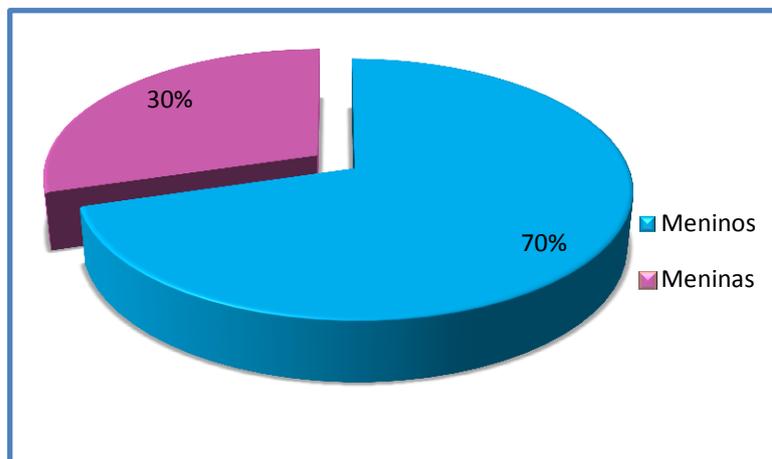
Conforme o gráfico 7, o percentual de analfabetos corresponde a 27% dos entrevistados; 41% possuem o Ensino Fundamental Incompleto; já aqueles com Ensino Fundamental Completo são 4%; possuem o Ensino Médio Incompleto são 5%; ciganos com Ensino Médio Completo somam 14% e 9% são os indivíduos que foram alfabetizados nos acampamentos. Não há ciganos com curso técnico ou com ensino superior. Nenhum outro jovem expressou o desejo de retomar os estudos no momento.

### 4.3 CIGANOS E EDUCAÇÃO

Nos acampamentos pesquisados existem 27 crianças na faixa etária entre 0 e 14

anos, 19 meninos que corresponde a 70% dos indivíduos, sendo que as meninas somam 8, correspondendo a 30%, do total desta população.

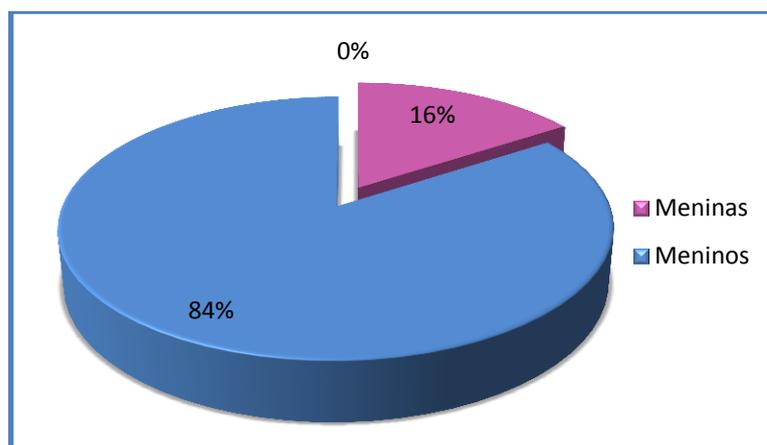
Gráfico 8 - Crianças de 0 a 14 anos moradoras nos acampamentos



Fonte: Próprio autor

O gráfico abaixo demonstra os índices de crianças em idade escolar matriculadas, o número de meninas matriculadas é 3 e estas somam 16% desta população, em contrapartida, os meninos totalizam 84%, ao todo são 16 os matriculados.

Gráfico 9 - Crianças em idade escolar matriculadas na escola



Fonte: Próprio autor

Das crianças com idade igual ou superior a 03 anos e que não se encontram matriculadas na educação infantil, se deve à dois fatores; o primeiro provém do fato de que os pais julgam que as crianças ainda são pequenas demais para estudarem. O outro motivo apresentado advém do fato das mães destas crianças não trabalharem fora. Assim relatam os entrevistados: *´Meu filho é pequenim ainda, ele só ta com três anos, ano que vem se o pai dele deixar ele vai para a creche. Mais agora não precisa não`´*. (ENTREVISTADA- T)

Segundo relato:

*Minha filha não tem idade para estudar, ela é muito pequena ainda, quando ficar maiorzinha eu coloco ela na creche. Meu marido também não quer não, ele falo que ela ta pequena, quando ela crescer mais um pouquinho. Eu também não trabalho fora, aí, deixa a vaga pra quem precisa mesmos, tem muita mãe que precisa trabalhar e não consegue vaga na creche.* (ENTREVISTADA- Q)

Todos os ciganos entrevistados relataram não terem dificuldades em encontrar vagas no ensino fundamental nas escolas da região.

Nenhum cigano informa ter sido tratado de forma diferente, desrespeitosa ou preconceituosa ao contrário, relatam bom atendimento tanto aos pais quanto aos filhos em ambiente escolar, não informam reclamações.

Segundo BRASIL (2012) a respeito de Educação assim está descrito na Constituição Federal de 88:

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006)

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

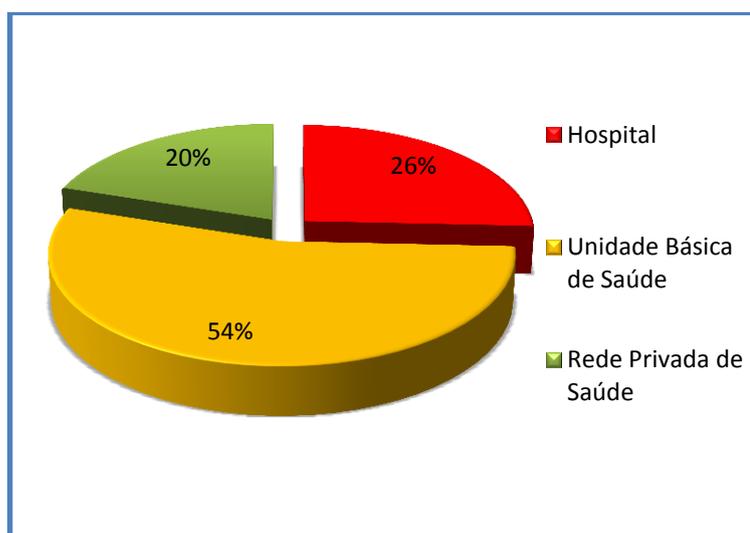
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições. (BRASIL, 2012. P-121)

#### 4.4 CIGANOS E SAÚDE

Entre os ciganos entrevistados 54%, se declaram usuários dos serviços prestados nas Unidades básicas de saúde da região, 26% são os que já foram atendidos no hospital do município sendo que 20% declararam utilizarem apenas a rede privada de saúde.

Gráfico 10- Usuários dos serviços públicos de saúde no município



Fonte: próprio autor

Os ciganos moradores da região declaram ser fácil o atendimento no município, informam, também que é fácil ser atendido no município, principalmente no Hospital. Quanto à Unidade Básica de Saúde informaram que é fácil ser atendido na unidade, entretanto descrevem inúmeros contratempos e dificuldades em acessar o serviço de saúde pretendido, tais como:

- Falta de médicos;
- Necessidade de ir de madrugada a Unidade Básica de Saúde para conseguir atendimento;
- Número insuficiente de vagas para consultas diárias;
- Demora para obter consulta com determinadas especialidades;
- Demora na liberação exames;

- Exames de sangue que são realizados em Fundação Sede ao invés da unidade de saúde.
- Demora entre as visitas das agentes de saúde;
- Reduzido efetivo de agentes de saúde.

O Decreto 409 (2015) de agosto do corrente ano determina que a UBS de Ozair Ribeiro atenda aos munícipes de 07:00 as 13 h. obrigando a quem necessita de socorro ter se que deslocar a Fundação Sede, Aracruz ou Serra.

*Todas estas queixas são apresentadas por quase todos os usuários do sistema de saúde da região e não apenas pelos ciganos.*

Quanto ao atendido diferenciado por serem ciganos, 03 ciganos relataram terem sido tratados com certa ironia, ou menosprezo, descaso por parte de funcionário da UBS Ozair Ribeiro como pode ser verificado pelo seguinte relato:

*Aquela atendente lá, a (FULANA), as veis debocha demais, maltrata a gente, deixa as pessoas esperando pra se atendido, bota gente que nem tava lá cedo. [...] Eu sinto é raiva, por que todos são gente, ninguém é melhor do que ninguém, e todos vão para o mesmo buraco. (ENTREVISTADA-K)*

Relatam descaso no atendimento por parte de uma determinada atendente.

*[...] elas fica enrolando para chamar a gente, bota outras pessoas na frente que chegaram depois, passa a ficha pra outra pessoa. Isso incomoda **porque quem sabe ler um pingão é letra, é fácil reconhecer má vontade** (grifo nosso). Eu mesmo já bati boca com aquele povo de lá do postim. Se num reclama fica assim mesmo, só sei, que eu vô mais agora é la no Nova Almeida. [...] faço meus exames tudo rapidinho, sem essa de corpumoli. (ENTREVISTADA-B)*

diz: “ Outra entrevistada reforça o mau atendimento ao afirmar que:

*Eu evito ao máximo ir ao posto de saúde daqui, só vou por que é o jeito, quem tem mininu piquenu, é assim mesmo. Eu vô é pra Aracruz quando meu maridu mi leva. [...] porque a gente é tratada com abuso, é um desrespeito. Da pra ver o **preconceito no olhar** (grifo nosso), o descaso, é, o preconceito meso. É só de uma*

*que eu ví. Ela atende a gente sim, mais... Antes era até pior, mais já melhorou. (ENTREVISTADA- O )*

Em relação ao atendimento prestado aos ciganos fora da região de Praia Grande, duas ciganas reclamaram de atendimentos realizados no município Linhares, estas senhoras relataram descaso, recusa em atendimento por parte de atendentes da Unidade Básica de Saúde de Bebedouro. A denuncia surge em meio a indignação e o sentimento de impotência:

*[...] não gostei do posto do Bebedouro, lá elas trata agente diferente do zotro, só por que somos cigana, nós somos iguais a todo mundo. Cigano é gente, merece ser tratado igual. [...] Me senti discriminado, e isto da muita raiva. Mas não adiantava falar nada, porque elas marca a nossa cara. Sempre que a gente vai no posto as atendente se cutucam uma com as zotras. Nos chegava as 3 da manhã p marcar consulta, na nossa vez dizia que não tinha vaga, mais aí, outra pessoa entrava na nossa frente e era atendido. Mesmo na farmácia nunca tinha remédio para nós, pro zotro aparecia. Ate paracetamol elas diziam que não tinham. No acampamento quando tinha uma cigana que tinha paracetamol para dá a um menino era uma benção. (ENTREVISTADA- C)*

A respeito de saúde assim está descrito na Constituição Federal de 88:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e *Da Ordem Social* ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua (BRASIL, 2012. P-121)

Relata Moonen (2013) sobre as ações práticas “O Ministério da Saúde recomenda” aos serviços de saúde: a) que não condicionem o cuidado e a atenção à apresentação de documentação e endereço, já que muitos ciganos não têm registro civil e nem endereço fixo; b) que todo integrante do povo cigano seja tratado com dignidade, procurando respeitar, em todos os aspectos, os valores e as concepções que tem acerca da saúde.

Agora o SUS vai identificar o Povo Cigano. E nada mais. Ou seja, o

Ministério da Saúde apenas recomenda, mas não exige. Cada hospital ou posto de saúde trata os pacientes ciganos como quiser e não há nenhuma punição prevista para o hospital, médico ou enfermeira que se recusa a atender ciganos. Um “folder” de boas intenções, e nada mais. (MOONEN, 2013, p- 171).

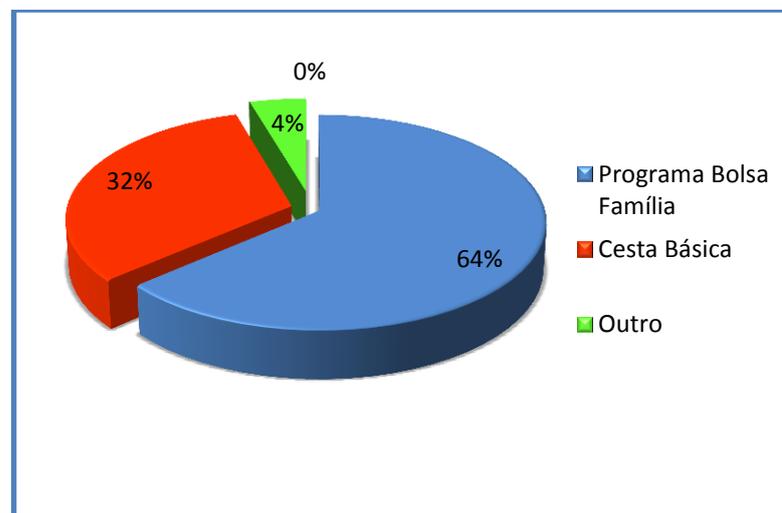
Segundo Brasil (2014) existem duas importantes Portarias a de nº 1.820 de 2009 e a de nº 940 de 2011 versam sobre utilização dos serviços de saúde pela população cigana:

**Portaria nº 940 de 28 de abril de 2011**, do Ministério da Saúde, que regulamenta o Sistema do Cartão Nacional de Saúde, e que afirma a não obrigatoriedade do fornecimento do endereço de domicílio permanente no caso de população cigana nômade que queira se cadastrar. BRASIL,2014 p- 12 )

**Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009**, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e que afirma, no parágrafo único, do Art. 4º, o princípio da não discriminação na rede de serviços de saúde (BRASIL,2014 p- 12 )

#### 4.5 CIGANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gráfico 11 -Assistência Social



Fonte: próprio autor

Um total de 14 ciganos já procurou o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do distrito de Praia Grande. No gráfico acima observamos os atendimentos solicitados: Programa Bolsa Família representa 64% das solicitações; 32%

compareceram ao CRAS com o intuito de obterem Cestas Básicas e apenas 4% dos pesquisados solicitaram outro serviço, neste caso pleitearam fraldas descartáveis. Todos tiveram sua solicitação atendida.

Dificuldade em acessar o serviço pretendido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS):

- Demora na aprovação no cadastro do PBF, com casos de até um ano;
- Demora no agendamento e nas visitas domiciliares;
- Numero reduzido de vagas para atendimento no CRAS;
- Corte na entrega das cestas básicas, fornecidas pelo CRAS, sob alegação de que só quem possui título de eleitor do município de Fundão está apto a receber as cestas;

Uma determinação municipal limita ainda mais o atendimento as famílias *fundãoenses*, uma vez que o CRAS, que antes atendia os munícipes nos horários de 08:00 às 17:00 h, agora tem expediente entre 08:00 às 13:00 h.

A respeito da Assistência Social assim está descrito na Constituição Federal de 88:

**Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
(BRASIL, 2012. P-120)

Entre os entrevistados, apesar das dificuldades apresentadas para acesso a direitos prescritos em lei através do Sistema Único de Assistência Social, do ponto de vista do atendimento pessoal, nenhum afirmou ter sido atendido de forma discriminatória no CRAS, da região de Praia Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos analisar percepções das duas comunidades ciganas do Distrito de Praia Grande, município de Fundão, acerca do acesso às políticas públicas de assistência social, educação e saúde.

Conhecer, dar voz, e, sobretudo, escutar as vozes de um grupo social que historicamente sofreu e sofre discriminação por ousar prosseguir vivendo de acordo com os preceitos de uma tradição cultural diferente do padrão estabelecido social e culturalmente foi o desafio que me propus ao escolher tal temática.

Penso que é tarefa da academia e, principalmente, daqueles que se colocam como causa comum de sua prática profissional a defesa do direito, como preceitua o código de ética dos assistentes sociais, ou seja, discutir sobre as políticas públicas sob a ótica do seu usuário, reconhecendo suas peculiaridades, como é o caso das comunidades ciganas.

Neste sentido, trouxemos para o nosso texto uma breve análise do percurso histórico deste povo, com a intenção de situar no tempo e no espaço a sua chegada ao Brasil. Mais especificamente, o que nos interessava era contextualizar e caracterizar os grupos ciganos que vivem em Praia Grande que, para além dos estereótipos a eles atribuídos, regados de preconceitos e discriminação, devem ser respeitados como todo cidadão.

Nos dados coletados verificamos que temos uma incidência significativa de analfabetos no grupo, além de existir uma baixa escolaridade de modo geral. Ainda que eles afirmem que não precisam da educação infantil sob o argumento que a mãe não trabalha fora e, portanto, podem cuidar de seus filhos, devemos lembrar que a educação infantil é direito e, parte dela, como a pré-escola, torna-se obrigatória a partir de 2016. Segundo eles não existe discriminação quando buscam acessar este direito.

O mesmo não ocorre quando se trata de acessar os serviços de saúde. Apresentamos diversos relatos que demonstram o quanto este atendimento ainda é precário. Mesmo que saibamos que não é exclusiva das comunidades ciganas esta precariedade, temos indícios, pelas respostas apresentadas, que o fato de serem

ciganos tem relação com a forma de serem atendidos quando buscam acessar os serviços, principalmente na Unidade Básica de Saúde. Talvez por isto afirmem que são melhor assistidos quando buscam atendimento na rede hospitalar, tanto do município de Fundão, quanto de outras cidades vizinhas.

Em relação à assistência vimos que as dificuldades apontadas estão em desacordo com a política de assistência preconizada nos documentos legais. Causou-nos certa indignação a afirmativa de que para determinados atendimentos “o usuário deveria comprovar ser eleitor do município de Fundão”. Isto nos remete ao que de mais espúrio pode haver quando se trata de acessar o serviço público. Remete à velha política da troca de favores eleitorais, quando a relação estabelecida não é a de cidadão, mas de pedinte.

A Constituição Federal de 1988, garante aos Povos de Cultura Cigana exatamente os mesmos direitos dos demais cidadãos brasileiros. Entretanto, geralmente, o que vemos é a negação de direitos, justamente na esfera pública. Mesmo que as respostas apontem “para a não existência de tratamento diferenciado por serem ciganos”, os dados da educação por si já demonstram que existem, sim, dificuldades para acesso a este direito. O mesmo pode-se dizer da assistência e da saúde, sendo que este último aparece de forma explícita nas entrevistas realizadas.

Podemos concluir, portanto, que existem dificuldades no acesso às políticas públicas de assistência, educação e saúde e estas dificuldades nos dão indícios do preconceito velado existente. Porém, devemos lembrar que estas dificuldades e preconceitos também estão presentes quando se trata de atendimento do serviço público às camadas populares.

Mesmo que tenhamos tido avanços na política social do Brasil nos últimos anos, as desigualdades ainda se fazem presente e tem relação direta com o modelo econômico que privilegia quem tem mais recursos financeiros em detrimento daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

A luta contra a discriminação precisa vir acompanhada da luta contra o modelo econômico opressor. E, se a evolução do Estado de Direito atualmente impede que uma população permaneça na invisibilidade, no caso da população cigana esta “visibilidade” precisa vir agregada ao “direito a ter direitos”.

Desejamos que esse estudo contribua com e para a ruptura dos estereótipos, já que estereótipos surgem quando desconhecemos “o outro”; os estereótipos são, justamente, tentativas de domesticação e de enquadramento “dos diferentes” ao “meu padrão”. Por isso, sentimos a necessidade de trazer toda a riqueza da cultura, o que leva a necessidade de compreensão da gênese e trajetória histórica desse povo.

A cultura cigana tem muito a ensinar e aprender, desde que estejamos dispostos a “aceitar o outro como legítimo outro na diferença”, e estar ao seu lado nas lutas por reivindicação e melhoria de sua qualidade de vida, seja na educação, na saúde ou na assistência social.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10<sup>o</sup> Ed. - São Paulo. Editora: Atlas, 2010.
- AGUIAR, Antonio Geraldo. A Ação Católica. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social e Filosofia: Das Origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 17-64.
- BONOMO, Mariana, et al, . **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE EM GRUPOS DE MULHERES CIGANAS E RURAIS** Vol. XXII (1), 2008, Edições Colibri, Lisboa, pp. 153-181 <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v22n1/v22n1a07.pdf>Acesso em: 07 MAI 2015
- BRASIL. CFESS. **Lutar por direitos, romper com a desigualdade- O Que o Serviço Social Defende**. Brasília, DF, 2011 Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess\\_manifesta\\_campanha.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_campanha.pdf) 01UT 2015
- BRASIL.**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** 1988- Biblioteca da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2012. Disponível em:<<http://bd.camara.gov.br> htm>. Acesso em: 07/03/2015
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial - LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010**. Brasília, DF, Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em 10 ABR/15
- BRASIL.**DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF,Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 07/03/2015
- BRASIL. **GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POVOS CIGANOS-** Brasília, DF, MAIO DE 2013. Disponível em:<<http://www.seppir.gov.br/.arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos>>. Acesso em: 07/03/2015
- BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Brasil Cigano. Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*. 2. ed. Brasília/DH: [s/e.], 2014.
- BRASIL.SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL- **Brasil Cigano- Relatório Executivo I Encontro Nacional dos Povos Ciganos**Brasília, DF<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/relatorio-executivo-brasil-cigano-1>>. Acesso em 10 SET2015

BRASIL. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Brasília, DF, Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em 21ABR15

BRASIL. **Leique regulamenta a profissão de Serviço Social**, 8.662 de 07 de jun. de 1993, Brasília, DF, art. 4º, inc. V, VI art.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em: 15 Nov/14

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO **CIGANOS DOCUMENTO ORIENTADOR PARA OS SISTEMAS DE ENSINO**, Brasília – DF, 2014 Disponível em: <[www.google.com.br/search?q=%20degrede+em+massa+de+ciganos+portugueses+para+o+Brasil%2C+ao+que+indica%2C+só+começa+a+partir+de+1686.+A+principio+os+ciganos+eram+deportados+para+as+colônias+africanas%2C+principalmente+para+Angola+e+Cabo+Verde%60%60&oq=%20degrede+em+massa+de+ciganos+portugueses+para+o+Brasil%2C+ao+que+indica%2C+só+começa+a+partir+de+1686.+A+principio+os+ciganos+eram+deportados+para+as+colônias+africanas%2C+principalmente+para+Angola+e+Cabo+Verde%60%60&aqs=chrome..69i57.580j0j8&sourceid=chrome&es\\_sm=93&ie=UTF-8#q=%20DOCUMENTO+ORIENTADOR+PARA+OS+SISTEMAS+DE+ENSINO](http://www.google.com.br/search?q=%20degrede+em+massa+de+ciganos+portugueses+para+o+Brasil%2C+ao+que+indica%2C+só+começa+a+partir+de+1686.+A+principio+os+ciganos+eram+deportados+para+as+colônias+africanas%2C+principalmente+para+Angola+e+Cabo+Verde%60%60&oq=%20degrede+em+massa+de+ciganos+portugueses+para+o+Brasil%2C+ao+que+indica%2C+só+começa+a+partir+de+1686.+A+principio+os+ciganos+eram+deportados+para+as+colônias+africanas%2C+principalmente+para+Angola+e+Cabo+Verde%60%60&aqs=chrome..69i57.580j0j8&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8#q=%20DOCUMENTO+ORIENTADOR+PARA+OS+SISTEMAS+DE+ENSINO)> Acesso em 10 SET/15

BRASIL. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos Decreto** nº 592 de 06 de Julho de 1992. Brasil, Brasília, DF, 1992.4

BRASIL. **Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais.** Decreto nº 591 de 06 de Julho de 1992. Brasília, 1992.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2005. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Relatório Final,**

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL **Resoluções da II CONAPIR**, Brasília 2009 Disponível em: <[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)>. Acesso em

Brasília Disponível em: < [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br). >. Acesso em 10/03/15

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR **Guia de Implementação do Estatuto de Igualdade Racial-** 2013

**BRASIL. SECRETARIA DE POLITICAS PARA IGUALDADE RACIAL, Comunidades Tradicionais** Brasília, DF, 2015

Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br>>. Acesso em 05MAI15

**BRASIL. CFESS. Lutar por direitos, romper com a desigualdade-O Que o Serviço Social Defende.** Brasília, DF, 2011 Disponível em: 05MAI15

**BRITANNICA ESCOLA. Balcãs. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/480726/B%C3%A1lc%C3%AAs>>. Acesso em 29MAI2015**

**COELHO, A. 1995 [1892]. Os ciganos de Portugal,** Lisboa: Dom Quixote

**COIMBRA, Christiane Varela. As Origens do Serviço Social no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 16., 2010, Rio Grande do Norte. Anais...** Rio Grande do Norte: CCSA, 2010. p. 01-10. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt2-11.pdf>>. Acesso em: 17DEZ. 2015.

**CFESS, ANTECEDENTES: A ORIGEM SOB CONTROLE ESTATAL, [20..] Brasília-** Disponível em: [http://www.cfess.org.br/cfess\\_historico.php](http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php)> Acesso em: 17DEZ. 2015.

**GRESS, (Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região) Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais.** In: Coletânea de Leis- Belo Horizonte: GRESS, 2005.

**DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

**NUNO, FERNANDO. Dicionário Larousse de língua portuguesa .2008, p. 160), 2 ed.** São Paulo.. Larousse do Brasil, 2012

**ESPIRITO SANTO- Ação de Cidadania garante direitos dos ciganos, Vitoria. ES, 2014.**

Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/160627/acao-de-cidadania-garante-direitos-dos-ciganos.htm>>. Acesso em: 21/JUN2015

**FUNDÃO. DECRETO 409,** Dispõe sobre a redução temporária de carga horaria e jornada de trabalho dos servidores públicos municipais do município de Fundão e da

outras providencias. 2015. 27DE AGO 2015

GUERRA, Yolanda Guerra - III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007

GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 5º Ed. -São Paulo: Editora: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6º. Ed. - São Paulo: Editora: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**, 5º Ed. -São Paulo. Editora: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. **Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica**. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL,

M. C. (Org.) **Política Social, Família e Juventude: Uma Questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 272.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10/11/2005**. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Org. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 21. Petrópolis Ed. Vozes, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9º edição. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOONEN, Frans. 2013. **Os Ciganos na Europa e no Brasil**. 3ª edição digital revista e atualizada. Disponível em<[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a\\_pdf/fmo\\_2013\\_antigianismoeuro\\_pabrazil.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/fmo_2013_antigianismoeuro_pabrazil.pdf)>. Acesso em 20/MAR2015

MOONEN, Frans. 2012. **POLÍTICAS CIGANAS NO BRASIL E NA EUROPA: SUBSÍDIOS PARA ENCONTROS E CONGRESSOS CIGANOS NO BRASIL** Disponível em:

[http://www.amsk.org.br/imagem/pdf/\\_FMO\\_2013\\_Pol%C3%ADticasCiganasBrasilEuropa.pdf](http://www.amsk.org.br/imagem/pdf/_FMO_2013_Pol%C3%ADticasCiganasBrasilEuropa.pdf)>. Acesso em 25/MAR2015

MOONEN, Frans. 2013 **ANTICIGANISMO E POLÍTICAS CIGANAS NA EUROPA E NO BRASIL EDIÇÃO REVISTA E AUMENTADA**. Disponível em

[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a\\_pdf/fmo\\_2013\\_antigianismoeuro.pabrazil.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/fmo_2013_antigianismoeuro.pabrazil.pdf)>. Acesso em

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

PAIXAO, Lorraine. **OS CIGANOS CAPIXABAS QUE VIVEM NA SERRA . ROLES RAZOAVEIS**, 2014. Disponível em

[HTTPS://ROLESRAZOAVEIS.WORDPRESS.COM/2014/07/30/OS-CIGANOS-CAPIXABAS-QUE-VIVEM-NA-SERRA/](https://rolesrazoaveis.wordpress.com/2014/07/30/os-ciganos-capixabas-que-vivem-na-serra/) Acesso em 12 Maio 2015

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>> Acesso em 17 DEZ 2015

PINTO, Fátima (1995) – **A Cigarra e a Formiga** – Contributos para a Reflexão sobre o Entrosamento da Etnia Cigana na Sociedade Portuguesa, Dissertação de Mestrado, Porto, PUC São Paulo e Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Disponível em <[www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1LENP\\_enBR660BR660&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=A+Cigarra+e+a+Formiga+%E2%80%93+Contributos+para+a+Reflex%C3%A3o+sobre+o+Entrosamento+da+Etnia+Cigana+na+Sociedade+Portuguesa%2C+Disserta%C3%A7%C3%A3o+de+Mestrado%2C](http://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1LENP_enBR660BR660&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=A+Cigarra+e+a+Formiga+%E2%80%93+Contributos+para+a+Reflex%C3%A3o+sobre+o+Entrosamento+da+Etnia+Cigana+na+Sociedade+Portuguesa%2C+Disserta%C3%A7%C3%A3o+de+Mestrado%2C)>

REFLETINDO MUITO. **"Se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor."** (Desmond Tutu), 2015. Disponível em

<http://refletindomuito.blogspot.com.br/2012/02/se-voce-e-neutro-em-situacoes-de.html> Acesso em: 27/SET2015

SERRA- Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania **Ação de cidadania envolvem clãs ciganos da Serra**, 24 de maio 2013. Disponível em <

<http://www2.serra.es.gov.br/secom-secretaria-de-comunicacao/2013/04/acao-de-cidadania-envolve-clas-ciganos-da-serra> Acesso em 01ago 2015

SERRA- **Lei no. 4.115 de 27 de novembro de 2013. INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO POVO CIGANO, 27NOV2013** Disponível

em <<http://www.radaroficial.com.br/d/5518783280054272> Acesso em 01Ago 2015

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 26, n. 26, p. 9-24, 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa **História dos ciganos no Brasil** /– Recife – Núcleo de Estudos Ciganos, 2008, 127pp. Disponível em <

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/index.html> Acesso em 15NOV2014

**WIKIPEDIA. Artigo:** Fundão (Espírito Santo), 2015,

Disponível

em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Fund%C3%A3o\\_\(Esp%C3%ADrito\\_Santo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fund%C3%A3o_(Esp%C3%ADrito_Santo))

Acesso em 10SET2015

## ANEXO A - Roteiro para o Questionário

### **Perguntas chaves a serem respondidas**

Número de famílias no acampamento

Número de crianças

**Escolaridade dos entrevistados**(Analfabetos, Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Técnico Incompleto, Ensino Técnico Completo, Ensino Superior Incompleto, Ensino superior completo);

**De onde vieram antes de chegarem a Praia Grande (PG)?**

**Há quanto tempo estão morando em PG?**

**Pretende mudar em breve?**

Tipo de moradia: ( ) Tenda ( ) Casa: ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida

**Número de indivíduos:** ( ) mulheres ( ) homens

**Documentos Civis:** ( ) Certidão de Nascimento ( ) RG ( ) CPF

( ) Título de Eleitor ( ) Certidão de Casamento ( ) Certidão Óbito

Sobre educação

Crianças em idade escolar (Meninas, meninos).

Crianças em idade escolar estudando (Meninas, meninos)

Crianças em idade escolar fora da escola (Meninas, meninos) Por quê?

Crianças inseridas na educação infantil (Meninas, meninos)

Crianças não inseridas na educação infantil (Meninas, meninos), Por quê?

Crianças portadoras de necessidades especiais (sim, não).

Criança portadora de necessidades especiais inserida na escola? (sim, não)

Algum jovem ou adulto estudando no momento (sim, não)

Alguém deseja estudar (sim, não) Oque impede?

Teve dificuldade em encontrar vagas no ensino fundamental ou EJA nas escolas da

região?

Com relação à escola você já foi tratada de forma diferente por ser cigana (o) (sim, não) qual foi seu sentimento?

Com é seu atendimento fora da região?

Você já foi tratada de forma diferente por ser cigana, aqui no município?...

E em outros lugares?

Sobre Saúde

Qual serviço de saúde você mais utiliza no município:

( ) Unidade Básica de Saúde ( ) Hospital)

É fácil se atendido aqui no município: (sim, não)

Qual foi sua maior dificuldade em acessar o serviço de saúde pretendido?

Já foi atendido de forma diferente pôr ser cigano no município?(sim, não)

Se sim qual foi seu sentimento?

Com é seu atendimento fora da região?

Sobre Assistência Social

Já utilizou os serviços oferecidos pelo CRAS da sua região (sim, não)

Qual atendimento você solicitou: ( ) Bolsa família ( ) BPC ( ) CadÚnico ( ) Cesta Básica ( ) Curso ( ) Auxílio Funeral ( ) Outro

Teve sua solicitação atendida (sim, não)

Qual foi sua dificuldade em acessar o serviço pretendido?

Você já foi tratada de forma diferente no CRAS por ser cigana (o) (sim, não)

Se sim qual foi seu sentimento?

Com é seu atendimento nos CRAS fora da região?

## ANEXO B - Fotos dos Tipos de moradias dos ciganos

### Tenda



Fonte: próprio autor

### Casa



Fonte: próprio autor

### Barracão



Fonte: próprio autor